



Centro Universitário de Brasília

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UniCEUB

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

CLENO COUTO DE MENDONÇA NETO

**ESPIRITUALIDADE E SEXUALIDADE:
AS INFLUÊNCIAS DA LGBTFOBIA EM CONTEXTOS RELIGIOSOS**

BRASÍLIA

2018



UnICEUB
Centro Universitário de Brasília
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UniCEUB
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

CLENO COUTO DE MENDONÇA NETO

**ESPIRITUALIDADE E SEXUALIDADE:
AS INFLUENCIAS DA LGBTFOBIA EM CONTEXTOS RELIGIOSOS**

Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica apresentado à Assessoria de Pós-Graduação e Pesquisa.

Orientação: Professora Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira

BRASÍLIA
2018

Espiritualidade e Sexualidade:

As Influências da LGBTfobia em Contextos Religiosos

Cleno Couto de Mendonça Neto - UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário

clenocoutomn@gmail.com

Ana Flávia do Amaral Madureira - UniCEUB, professora orientadora

madureira.ana.flavia@gmail.com

A promoção de discussões sobre a LGBTfobia nos contextos de formação e atuação em psicologia é indispensável, especialmente considerando os indicadores estatísticos preocupantes acerca das mortes motivadas por ela no Brasil. Baseando-se na psicologia cultural em sua vertente semiótica, a presente pesquisa teve como objetivo geral analisar como pessoas com orientações sexuais distintas da heterossexualidade vivenciam, ou vivenciaram, a sua espiritualidade em contextos religiosos, historicamente marcados pela LGBTfobia. Para tanto, utilizou-se uma metodologia qualitativa de investigação, mediante realização de entrevistas individuais semiestruturadas, de forma integrada à apresentação de fotografias previamente selecionadas. Participaram da pesquisa oito pessoas, sendo quatro homens e quatro mulheres, entre 18 e 36 anos de idade, homossexuais, bissexuais e pansexuais, ativistas e não ativistas do movimento LGBT, que tenham tido vivências no âmbito do cristianismo e sofrido ou percebido a presença da LGBTfobia neste contexto, em algum momento de suas vidas. Após a transcrição das entrevistas, foram construídas quatro categorias analíticas temáticas que nortearam o trabalho interpretativo. Os resultados indicaram que a repressão sexual contra sexualidades não-hegemônicas dentro de algumas religiões, associou o campo da espiritualidade à sensação de não pertencimento, violência, exclusão sistemática e sentimento de culpa na população LGBT e mesmo entre pessoas que não apresentam a espiritualidade como uma dimensão significativa em suas vidas. Como uma forma de enfrentamento dessas situações, os/as participantes procuram desenvolver diferentes estratégias de resiliência. A pesquisa indicou a necessidade da psicologia, enquanto ciência e campo de atuação profissional, estar cada vez mais comprometida em conhecer de modo mais aprofundado e desenvolver estratégias de intervenção contextualizadas que considerem as especificidades dessa população, em sintonia com o respeito aos direitos humanos, na direção da promoção da saúde e do bem-estar.

Palavras-chave: Espiritualidade. Sexualidade. LGBTfobia. Contextos religiosos.

Sumário

Introdução	1
Objetivo Geral	5
Objetivos Específicos	5
Fundamentação Teórica	6
Identidade e preconceito enquanto fenômenos de fronteira	7
Violência religiosa e laicidade	9
Diversidade sexual, LGBTfobia e misoginia	14
Metodologia	20
Participantes	21
Materiais e instrumentos	23
Procedimentos de construção de informações	23
Procedimentos de análise	24
Resultados e Discussão	26
As vivências dos/as participantes em relação à espiritualidade em diversos contextos religiosos	26
Espiritualidade e LGBTfobia no cotidiano: o “olhar” dos/as participantes	35
O processo de aceitação da própria orientação sexual em distintos contextos: o medo em discussão	41
Questões de gênero e sexualidade em foco	46

Considerações Finais	53
Referências	55
Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	61
Anexo B - Instrumentos de Pesquisa	63
Roteiro de Entrevista	63
Imagens selecionadas	65
Anexo C - Parecer do Comitê de Ética do UniCEUB	69

Introdução

A verdade corre selvagem/ Como crianças no concreto/ Tentando sedar minha mente em sua gaiola/ E esconder o que eu sinto/ Acordado, olhos arregalados/ Estou gritando comigo/ Tentando manter a fé e imaginar o rosto Dele/ Me encarando/ Sem perder uma parte de mim/ Como posso chegar no céu?/ (...) Então, se estou perdendo uma parte de mim/ Talvez eu não queira o céu (Sivan, 2015, tradução livre).

O trecho acima ilustra o sofrimento gerado pela LGBTfobia no âmbito religioso. O autor vive um conflito em definir sua identidade sexual, pois acredita que para alcançar o “reino dos céus” não pode viver ou aceitar sua sexualidade, mas percebe também que negar essa parte de si mesmo, sua homossexualidade, apenas lhe trará mais sofrimento e se vê assim na necessidade de escolher entre dois polos que lhe parecem opostos (Natividade, 2006; Vieira Júnior, 2008).

O autor ainda acrescenta o seguinte comentário sobre a música “É um pouco triste, eu acho que tinha mais fé quando era criança. Mas por causa da minha sexualidade, (...) me afastou da religião em geral” e “Ser um pecador antes mesmo de acordar e fazer algo errado ou antes mesmo de nascer, é uma coisa que não fica bem comigo. Eu fico um pouco angustiado com isso e então penso, ok, talvez eu não precise ou queira isso” (Sivan, 2016, tradução livre).

Esse processo de exclusão, apesar de não ser restrito ao ambiente religioso, mas se configurar como uma LGBTfobia estrutural das sociedades ocidentais, advém de um histórico de influência das religiões judaico-cristãs nessas sociedades (Busin, 2008). Assim, dogmas e valores religiosos constituíram-se como verdades indubitáveis, costumes e leis, validando a sexualidade apenas como ato sexual que possui o objetivo final da procriação,

desde que dentro dos laços matrimoniais (Ryan, 1999; Vainfas, 1992; Vieira Júnior, 2008).

Por sua vez, isto leva à desqualificação de outras configurações possíveis de sexualidade e as caracteriza como pecado.

A naturalização desses discursos e, portanto, da LGBTfobia, faz com que esse seja um fenômeno diferenciado de outros tipos de discriminação. Conforme afirma Borrillo (2009), a homofobia tende a afetar os indivíduos num momento de descoberta da sua sexualidade e por isso os mesmos, muitas vezes, não possuem um grupo de suporte - pessoas próximas ou instituições, como família, religião, escola, política e mídia que geralmente são hostis para com este - dessa forma sofrendo solitariamente.

A exclusão sistemática associada ao período sensível do desenvolvimento humano quando costuma ocorrer a descoberta da sexualidade pode deixar marcas profundas no indivíduo, tornando-o mais vulnerável e mais suscetível ao suicídio. Dessa forma, dados estatísticos indicam que pessoas LGBTs têm maior probabilidade de possuir transtornos psicológicos, como depressão e ansiedade (Borrillo, 2009; Junqueira, 2009; Grupo Gay da Bahia [GGB], 2018).

No Brasil essa questão é ainda mais problemática, pois historicamente a população brasileira cultiva um grande sentimento de espiritualidade, especialmente vinculada às religiões cristãs. Dessa forma, alguns setores religiosos da sociedade mantêm até hoje uma grande influência nas políticas sociais, representados por parlamentares que atuam incansavelmente para impor seus dogmas, conforme é discutido por Salles, Moura e Pereira (2013).

A sexualidade é uma dimensão importante dos processos de constituição da subjetividade. Considerando a existência de alguns dogmas religiosos que atuam no sentido de reproduzir a LGBTfobia, é relevante analisarmos como a espiritualidade ou a socialização em um contexto religioso afeta os indivíduos que apresentam orientações sexuais distintas da

heterossexualidade. Assim, questiona-se como ocorrem as relações e possíveis articulações entre sexualidades não-hegemônicas e religião.

No meio acadêmico, existem várias pesquisas que ao abordar esse assunto buscam compreender como o indivíduo vivencia sua sexualidade, após sofrer LGBTfobia em contextos religiosos, direta ou indiretamente, destacando-se: (a) Busin (2008) que focalizou a autoimagem de homossexuais nesse contexto; (b) Salles, Moura e Pereira (2013) sobre a conquista ou a negação de direitos a homossexuais devido a discursos religiosos; e, (c) Maranhão Filho (2011) sobre a existência de igrejas inclusivas no campo da diversidade sexual e como funcionam, questionando, por fim, se essas de fato são inclusivas.

Entretanto, busca-se aqui, a partir desses referenciais e outros sobre o assunto, enfatizar questões sobre a espiritualidade do indivíduo que possui uma sexualidade não hegemônica após vivências marcadas pela LGBTfobia. Há alguma referência sobre tais questões, apesar de serem todas pontuais e utilizadas apenas como breve referencial para outros objetivos. Por exemplo, Maranhão Filho (2011) comenta que a maioria dos integrantes de igrejas inclusivas, como a Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM), são pessoas criadas em religiões cristãs. Lima (2006) discute que os/as manifestantes gays e lésbicas costumam ter criações religiosas católicas, porém abandonam estas crenças. Por fim, cabe mencionar Busin (2008) que traz vários depoimentos de gays e lésbicas sobre suas espiritualidades e quais as religiões consideram que mais discriminam por sexualidade ou gênero.

Em tais pesquisas, a espiritualidade é tratada a partir de um viés da LGBTfobia, sem se aprofundar nos significados que o próprio sujeito atribui a essa relação e como vivencia a sua sexualidade e espiritualidade, caso a espiritualidade seja uma dimensão significativa na vida do sujeito em questão. Esta postura se justifica pela relevância da espiritualidade na vivência de muitas pessoas, especialmente na sociedade brasileira, onde 88,8% das pessoas declaram ser de alguma religião de matriz cristã, sendo ainda a população mais católica do

mundo, 64,6%, (IBGE, 2012), em que mesmo aqueles/as que não creem no catolicismo possuem crenças específicas associadas a ele, devido à herança histórica no nosso país (Busin, 2008).

Cabe esclarecer que não foram desconsideradas as repressões e o controle social impostos através de um sistema binário de gênero que afeta não apenas pessoas LGBTs, como também, por exemplo, as mulheres heterossexuais através do sexismo (Adichie, 2015; Borrillo, 2009; Junqueira, 2010; Louro, 2004). Na realidade, essas questões se tornam ainda mais relevantes ao analisarmos os dados preocupantes sobre LGBTfobia e violência de gênero no Brasil.

Em 2017, segundo o GGB (2018), 445 pessoas LGBT morreram no Brasil por “homotransfobia”, o que significa, que em média, a cada 19 horas morre uma pessoa LGBT de forma violenta, o que é um aumento de 30% em relação a 2016 e faz do nosso país o campeão mundial de crimes contra minorias sexuais. Esse cenário torna-se mais complexo quando consideramos a violência sofrida por lésbicas, que além da LGBTfobia ainda sofrem a violência de gênero, um significativo e ainda preocupante problema nacional.

Portanto, acredita-se que essa pesquisa poderá ampliar a discussão sobre os efeitos que são gerados pela concepção asséptica da sexualidade, ancorada na heteronormatividade, em contextos religiosos (Vainfas, 1992; Vieira Júnior, 2008). Além disso, a pesquisa pode trazer subsídios para a atuação profissional nos diferentes campos da Psicologia, no que se refere ao acolhimento de pessoas que apresentam identidades sexuais não-hegemônicas (Madureira & Branco, 2007), em uma sociedade perpassada pela LGBTfobia, levando em consideração também suas questões religiosas ou espirituais. A pesquisa pode, também, contribuir para a ampliação da visibilidade de uma forma de sofrimento que se inicia desde a tenra idade e pode estimular a realização de projetos na educação e na saúde com relação à saúde da criança/adolescente e da família, além de estratégias de cunho social como, por

exemplo, grupos terapêuticos e de apoio.

Objetivo Geral

Analisar como pessoas com orientações sexuais distintas da heterossexualidade vivenciam, ou vivenciaram, a sua espiritualidade em contextos religiosos, historicamente marcados pela LGBTfobia.

Objetivos Específicos

Compreender como ocorreu o processo de aceitação da orientação sexual, por parte dos/as participantes, em diversos âmbitos (pessoal, familiar e profissional);

Analisar se o contexto religioso que os/as participantes vivenciam, ou vivenciaram, influenciou as relações dos/as mesmos/as com a sua sexualidade.

Fundamentação Teórica

A pesquisa utilizou como base teórica a psicologia cultural (Bruner, 1997; Madureira, 2012a, 2016; Madureira & Branco, 2012b; Valsiner, 2007, 2012), em sua vertente semiótica. Consideramos que a cultura coletiva, a partir de inúmeros e diversificados mecanismos, canaliza as experiências concretas vivenciadas pelas pessoas, orientando as suas ações, os seus pensamentos e sentimentos. Ao mesmo tempo, enfatizamos o papel ativo das pessoas nos processos de significação em relação ao mundo social em que estão imersas, bem como em relação a si mesmas (Madureira & Branco, 2005; Madureira, 2012a, 2016).

Além disso, consideramos a mediação semiótica como um princípio explicativo de fundamental importância na compreensão da gênese social do psiquismo humano. De forma mais específica:

(...) consideramos que os processos semióticos estão na base dos fenômenos culturais – tanto na esfera coletiva, como na esfera pessoal. Como existem múltiplas possibilidades de combinações entre ícones, índices e símbolos, os signos verbais e visuais apresentam uma natureza híbrida que introduz uma grande complexidade nos processos de significação, sempre imersos no fluxo irreversível do tempo (Valsiner, 2007). (Madureira, 2016, pp. 59-60).

É a partir desse contexto teórico mais amplo, que apresenta como base a psicologia cultural, que se insere a relevância de pesquisas empíricas sobre as influências da LGBTfobia nos contextos religiosos, a partir da perspectiva de homens e mulheres que apresentam uma orientação sexual distinta da heterossexualidade. Trata-se de uma temática relevante, mas ainda pouco explorada pela Psicologia.

Identidade e preconceito enquanto fenômenos de fronteira

Os processos de significação constituem os discursos e os sistemas de representação vigentes, ao mesmo tempo que são constituídos pelos sistemas simbólicos envolvidos (Woodward, 2000). Já os sistemas de representação permitem a delimitação de fronteiras simbólicas em termos identitários que marcam as diferenças entre os grupos sociais. Esses grupos, quando ocupam uma posição hegemônica, podem demarcar o que é considerado “normal”, exercendo mecanismos de normatização por meio do controle dos corpos, locais sociais, valores, etc, o que reforça, em última instância, a concepção essencialista da identidade como algo estável e definitivo (Galinkin & Zauli, 2011; Louro, 2004; Woodward, 2000).

Contudo, essa perspectiva essencialista é incapaz de lidar com as diversas incongruências existentes mesmo em pessoas que percebem-se com identidades supostamente rígidas. Assim, as perspectivas não essencialistas surgem como uma forma de compreender as identidades sociais de forma mais flexível e crítica, questionando os mecanismos sociais e políticos que sustentam as identidades hegemônicas (Galinkin & Zauli, 2011; Woodward, 2000).

Conforme mencionado, as identidades hegemônicas dependem das diferentes identidades, pois é a partir da delimitação de fronteiras simbólicas e a partir de aspectos subjetivos de demarcação da diferença em que se estruturam os sistemas classificatórios, que é feita a diferenciação entre “nós” e “eles” (Galinkin & Zauli, 2011; Madureira & Branco, 2007; Woodward, 2000). Assim, a identidade social de alguém é, segundo Galinkin e Zauli (2011), como um sistema de orientação que a partir da comparação com outros grupos configura o seu lugar na sociedade.

Entretanto, é quando esses sistemas classificatórios deixam de envolver a delimitação de fronteiras simbólicas (semipermeáveis) e se tornam barreiras culturais (impermeáveis) que passam a se estabelecer as raízes dos preconceitos (Madureira, 2007a, 2007b, 2012a; Madureira & Branco, 2012).

Nesse sentido, na presente pesquisa, concebemos os preconceitos como “(...) fronteiras simbólicas rígidas, construídas historicamente e com forte enraizamento afetivo que acabam por se constituir em barreiras culturais entre grupos sociais e entre indivíduos (...)” (Madureira, 2007a, p. 42). Essas barreiras atuam de modo a reforçar hierarquias historicamente estabelecidas a partir da reprodução de preconceitos, expressos em inúmeras práticas discriminatórias (LGBTfobia, sexismo, racismo, fundamentalismo religioso, etc.).

Além disso, ressalta-se que o preconceito é demarcado pela exclusão, onde algumas diferenças são tidas como mais importantes que outras no sentido da determinação de uma identidade (Woodward, 2000), como, por exemplo, o “culto” à agressividade e à violência por parte de homens que se identificam com os referenciais que caracterizam a masculinidade hegemônica.

Um outro lado é que da mesma forma que os sistemas simbólicos são a base para esses sistemas classificatórios que geram e mantêm o preconceito, eles também fornecem novas formas de dar sentido a essas classificações e às discriminações, permitindo que os sistemas de significados e as identidades sejam contestadas (Woodward, 2000).

Atualmente, isso ocorre por meio dos movimentos sociais e das lutas políticas que subvertem a estabilidade dessas identidades hegemônicas (Galinkin & Zauli, 2011; Weeks, 1999). Segundo Woodward (2000), “a afirmação política das identidades exige alguma forma de autenticação. Muito frequentemente, essa autenticação é feita por meio da reivindicação da história do grupo cultural em questão” (pp. 25).

Em resposta aos movimentos sociais, setores mais conservadores da sociedade têm

agido na busca do “retorno a um passado perdido”, através de algumas religiões que poderiam garantir algumas “certezas” (Woodward, 2000), como no caso do determinismo linear e reducionista entre sexo, identidade de gênero e orientação sexual (Nahra, 2007).

Violência religiosa e laicidade

Assim, alguns dogmas religiosos são utilizados, por políticos e mesmo pessoas comuns, em discursos que defendem retrocessos em termos de respeito aos direitos humanos, por meio, dentre outros mecanismos (Mesquita & Perucchi, 2006), da defesa da heteronormatividade e da cisgenericidade compulsórias.

A religiosidade é um fenômeno social (Woodward, 2000) e, historicamente, se justifica pela necessidade dos seres humanos de dar sentido à vida e aos mistérios que não compreendiam, o que deu origem às crenças em um poder maior que age sobre a humanidade e a natureza. Esse poder seria capaz de explicar a vida, a morte, as mudanças de estação, os desastres naturais, etc, e compreende uma experiência mística que, segundo Prado (1999), é a forma de expressão de uma vivência de algo intenso, que devido ao seu caráter singular, é impossível de ser representado pela linguagem. Sendo necessário, portanto, produzir novos saberes que possam caracterizar, por fim, uma religião.

Os conceitos de espiritualidade e religiosidade possuem limites muito difusos e não são, portanto, definidos com clareza, como afirma Dalgarrondo (2008). A melhor definição encontrada para diferenciar os termos destaca a espiritualidade como uma busca pessoal em relação às questões existenciais sobre a vida e seu significado, voltando-se para o sobrenatural ou transcendente, não sendo necessariamente vinculada a práticas ou crenças religiosas. Por exemplo, existem pessoas que se consideram agnósticas e deístas que acreditam em experiências paranormais, sobrenaturais ou mesmo em Deus.

Já a religiosidade corresponderia às crenças, práticas e à adesão a uma religião, ou

seja, características comportamentais, sociais e doutrinárias compartilhadas por um grupo, tendo assim um vínculo institucional (Panzini, Rocha, Bandeira & Fleck, 2007).

Por sua vez, a religião é um sistema organizado de crenças, práticas, rituais e símbolos projetados para auxiliar a aproximação do indivíduo com o que é considerado sagrado ou transcendente. A palavra advém do latim, *religare*, que significa ligar, conectar, atar, podendo ser compreendido, então, como uma relação do ser humano com o que o transcende, podendo se expressar através de emoções, conceitos morais e éticos e rituais (Koenig, Larson & Larson, 2001).

Conforme é destacado por Busin (2008), no Brasil devido à colonização portuguesa a Igreja Católica foi a religião oficial do país desde sua primeira Constituição, inculcando, inclusive, certa intolerância religiosa na população. Atualmente, o país é o que ainda apresenta mais pessoas católicas no mundo.

Além desta, seguem a religião evangélica com 22,4% da população, o espiritismo com 2% e outras religiões agregadas em 2,7%, de acordo com dados do IBGE (2012). Nota-se também que 8% da população não possui religião, sendo estes ateus ou agnósticos, e que apesar das diferenças religiosas existe uma mescla de dogmas católicos com outros, assim pode-se ler que “a matriz cristã em geral – e mais especificamente a católica – permeia a cultura brasileira como um todo, influenciando nas crenças até mesmo de quem não se diz cristão/ã e/ou católico/a” (Busin, 2008, pp. 68).

Ao retratar as vivências de candomblecistas, Caputo (2008) depara-se com um retrato da intolerância religiosa que apesar de, muitas vezes, velada ainda é extremamente presente, especialmente com relação às religiões de matrizes africanas que carregam em sua história mais uma característica de exclusão: o racismo. Portanto, enquanto essas pessoas vivenciam com orgulho sua religião no terreiro, sentem a “necessidade” de esconder sua experiência religiosa para serem melhor recebidas em diferentes contextos na sociedade brasileira, como,

por exemplo, no contexto escolar, conforme analisado por Caputo (2008). O que expressa a manutenção e reprodução cotidiana de uma hierarquia entre os sistemas de crenças religiosas no âmbito da nossa sociedade.

Ainda, apesar das religiões cristãs adotarem um código que prima pela pureza, diferente dos deuses da antiguidade que praticavam o sexo por prazer, no cristianismo “Deus é casto” (Vainfas, 1992; Vieira Júnior, 2008) e, por isso, começa a ser moldada uma moral sexual repressora. Essa condena as vivências da sexualidade que diferem da heteronormatividade, pois considera esse fenômeno da vida humana apenas como ato sexual, tolerando e aceitando apenas o sexo voltado para a procriação, dentro de um casamento monogâmico heterossexual.

Contudo, basta uma análise histórica minuciosa para demonstrar que essa “moral”, não é única e imutável. Na verdade, esta moral, apesar de manter sua base na interpretação patrística da Bíblia, passou por constantes modificações e transformações que envolvem avanços e retrocessos, conforme o que é exigido, social e culturalmente, para manutenção de sua rede de fiéis (Vainfas, 1992).

Dessa forma, não é possível falar de uma religião católica, pois a essa cabem variadas configurações e distinções, sendo possível cogitar atualmente, inclusive, adaptações e formulações, como de igrejas inclusivas, novas interpretações da Bíblia, como a exegética queer, e mesmo os discursos do atual Papa Francisco sobre aceitação da diversidade sexual (Maranhão Filho, 2011; Silva, 2012; Vainfas, 1992).

Um ponto crucial que atravessa a história até os dias de hoje é o forte discurso a favor da repressão do prazer e da sexualidade, com a exaltação da castidade por meio da virgindade e da ascese que deveria ser buscada por todos os homens e mulheres. Como tratado por Vieira Júnior (2008), no cristianismo, Deus é considerado casto, e maior será a proximidade do/a fiel com o “reino dos céus” e mais facilitada será sua ascensão, conforme sua obediência

as leis baseadas nesta visão de um deus, que através dos instrumentos religiosos - como guias e penitências - dá origem ao código mais severo de repressão sexual (Albuquerque Júnior, 2011; Lima, 2006; Ryan, 1999; Vainfas, 1992; Vieira Júnior, 2008).

Neste contexto de controle, foram criadas as penitências e guias que definiriam as punições aos pecadores. Inicialmente a tentativa de imposição da virgindade e da castidade era voltada apenas às mulheres, pois estas estavam associadas ao desejo carnal – do qual o homem não seria capaz de “resistir” – e ao demônio, tendo relação com o pecado original, sendo a única possibilidade para salvação destas o “verdadeiro casamento com Deus” (Vainfas, 1992).

Aos homens, portanto, caberia a permissividade que se generalizou e manteve até os dias de hoje, não apenas isto, os mitos cristãos ressaltam de diversas formas a - suposta - superioridade masculina, como o mito da criação do homem, como matéria da criação, e da mulher, como uma parte deste homem. Ainda, segundo Madureira (2016), a figura feminina foi, durante todo o período medieval, associada a forças “demoníacas” e, portanto, estaria “justificado” o controle social rigoroso sob seus corpos. Salvo Maria, mãe de Jesus, que por sua conduta “pura e casta”, ou seja, livre da sexualidade, é tida como santa.

E quanto ao amor? Este existia apenas como a ascese, que no caso seria indicado que as pessoas não se casassem, mas seguissem a castidade, e, em último caso, como o ágape, que é a comunhão fraternal, simbolizando o sacrifício e a caridade. Portanto, o amor significava dedicar-se à contemplação e à caridade, onde deveria ser eliminada a diferença entre os esposos, com exceção no tocante em relação ao poder marital – do homem (Vainfas, 1992).

Com o casamento, e apenas após sua sacramentalização na Idade Média, os esposos deveriam ser parte um do outro, entretanto esta aceitação do casamento não veio desprovida de várias regras, já que foi considerado durante séculos como um “mal menor” (Vainfas, 1992). Assim, este tornar-se-ia indissolúvel, as relações sexuais seriam permitidas apenas

com o objetivo de procriação e deveriam obedecer aos tempos sagrados, de gravidez, de menstruação e a hierarquia dos sexos, não cabendo ao homem papéis “inferiores” à mulher ou que o diminuíssem (Ryan, 1999; Vainfas, 1992).

Dentre as formas de vivência da sexualidade que eram proibidas pelo código moral do cristianismo, se encontram: o sexo fora do casamento; o adultério; a masturbação; a prostituição; o coito interrompido; a homossexualidade; o sexo com uma grávida e com quem não pode mais engravidar. Sendo estes considerados como atos de luxúria (Ryan, 1999).

Estas atitudes fazem parte dos mecanismos envolvidos na manutenção de barreiras culturais preconceituosas que geram sofrimento às pessoas que não apresentam identidades sexuais hegemônicas, ressaltando o sofrimento envolvido na manutenção da ocultação da própria orientação sexual (Sedgwick, 2007). Tal ocultação envolve a necessidade constante de lidar com uma rede intrincada de “ditos” e “não-ditos” (Madureira & Branco, 2007) e com os “armários” impostos que estas pessoas precisam manejar para viver sua sexualidade no cotidiano (Sedgwick, 2007).

Como consequência direta desta relação das religiões de matriz cristã com a sexualidade e as lutas destes grupos, segundo Nahra (2007), acompanha-se um crescimento da chamada “filosofia da lei natural”, baseada principalmente nos escritos de Tomás de Aquino, que considerava estes mesmos atos como um pecado em relação à natureza. Demarcando, assim, uma linha de concepção heteronormativa do “natural” dentro dos dogmas religiosos e, em última instância, dentro da sociedade, o que é, de certa forma, reproduzido até hoje. Esta filosofia, além de extremamente condenatória, se prova cheia de falhas, se tornando apenas opiniões fortalecidas por dogmas religiosos, sem qualquer fundamentação ou argumentação segura (Nahra, 2007).

A própria Igreja Católica já foi responsável pela publicação de vários documentos condenando a sexualidade. Por exemplo, no Catecismo da Igreja Católica, pelo papa João

Paulo II em 1992, os homossexuais eram tidos como “intrinsecamente desordenados” (Lima, 2006) e na Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre o atendimento pastoral das pessoas homossexuais, pelo papa Bento XVI, o qual, segundo Albuquerque Júnior (2011), é um texto moralizante que pressupõe verdades fixas e definitivas.

Diversidade sexual, LGBTfobia e misoginia

A homossexualidade como conceito é algo bastante recente. Contudo, já na Roma e na Grécia na Antiguidade os atos sexuais entre homens eram comuns, sendo permitida apenas a posição passiva no caso dos jovens e aprendizes e a posição ativa no caso dos homens mais velhos, concretizando assim uma ligação entre a sexualidade e hierarquias de poder (Rodrigues & Lima, 2008).

Ainda na Antiguidade, estas relações eram valorizadas dentro de um contexto do treinamento militar, especialmente em Esparta e Tebas, mesmo todos possuindo famílias e filhos nas cidades, pois levariam os soldados a cuidarem mais um dos outros e atacar mais violentamente os inimigos para defender seus parceiros (Vieira Júnior, 2008).

Cabe esclarecer que a condenação destas vivências sexuais não se encontra apenas nas religiões judaico-cristãs, mas tem nas mesmas sua disseminação, bem como uma das suas maiores defensoras. Para Silva (2012), que estuda a exegese – ciência que guia o sentido e explicação de um texto – da Bíblia, a leitura feita pelas religiões costuma ser patrística. A patrística se baseia na literalidade do texto e na interpretação do “Espírito”, que corresponde em realidade à concepção dos Pais da Igreja. Atribuindo ao texto um cunho atemporal na tradução de algumas questões para a atualidade e reafirmando os valores cristalizados dos Pais da Igreja, levando, por último, a tradução também destes valores na atualidade.

Segundo Savi (2015), essa atemporalidade e desvinculação do texto bíblico de sua gênese sociohistórica, gera posições religiosas inflexíveis, que defendem dogmas ortodoxos e

padrões de vida rígidos, conhecidas como fundamentalismo religioso. Tal posição, além de extrema, está vinculada ao não reconhecimento de direitos de grupos minoritários, como a população LGBT (Mesquita & Perucchi, 2016). Além disso, os discursos e práticas ancorados no fundamentalismo religioso são geradores de sofrimento psicossocial por parte dos defensores dos direitos humanos (Savi, 2015).

Assim, nota-se que a tradição patrística é muito utilizada pelos grupos mais conservadores para fortalecimento da homofobia no Brasil. Na contramão desta tradição, Silva (2012) propõe uma releitura que chama de exegética espiritual queer. Para a compreensão desta releitura proposta, podemos destacar que: “i) Exegética: conduz a interpretação do texto; ii) Espiritual: descobre um outro sentido do texto, para além do literal; iii) Queer: desestabiliza interpretações normativas do texto, em especial, heteronormativa” (Silva, 2012, pp. 42).

Com esta abertura de discussão sobre a leitura da Bíblia, podemos notar a inserção no cenário social de igrejas cristãs que alegam ser inclusivas, aceitando e acolhendo as pessoas homossexuais sem julgá-las. Maranhão Filho (2011), na análise destas igrejas, considera que a maioria delas apesar de alegarem ser inclusivas, mantém os mecanismos de controle, poder e disciplinarização da sexualidade, com discursos de castidade, hierarquias de pecado (quem é mais ou menos pecador), reforçando a busca pela santidade, cura ou libertação e imposição de normas de condutas. O autor afirma que uma comunidade diferenciada no discurso sobre a sexualidade dentro das igrejas seria a Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM).

A ICM se baseia no projeto das Metropolitan Community Churches (MCC) que foi a idealizadora inicial estadunidense. Nesta, por exemplo, o sexo é estimulado e preferencialmente deve ter acontecido antes do casamento, pois consideram uma parte importante para a manutenção desta relação, evitando que seja desfeita.

Também são desconstruídos termos que são geralmente utilizados como ferramentas

de julgamento e poder, como, por exemplo, a promiscuidade, a santidade, a libertação e a cura, sendo os três últimos caracterizados de forma diferente. Assim, libertação significaria, na realidade, o ser livre de fato, sem a necessidade de julgar e sem ser julgado ou reprimido, estando a libertação ligada ao processo de desfazer preconceitos internalizados.

Entretanto, Cristiano Valerio, em um trecho de sua entrevista sobre a ICM diz “Sofremos preconceito de igrejas evangélicas sim, e às vezes até de comunidades que também acolhem homossexuais, que são inclusivas *pero no mucho*, que reproduzem o discurso opressor das igrejas fundamentalistas” (Maranhão Filho, 2011, pp.178).

Já sobre as igrejas tradicionais, Lima (2006) analisa as propostas do Catecismo da Igreja Católica que afirma que os homossexuais devem ser acolhidos com respeito e compaixão, evitando a “discriminação injusta”, sem, entretanto, definir o que seria injusto ou justo e sendo notada ainda a atuação prejudicial e discriminatória de alguns sacerdotes e fieis.

Natividade (2006) também expõe que o discurso religioso predominante em pastorais evangélicas tem sido a “cura” da homossexualidade e que apesar de haver uma proposta de acolhimento, esta é extremamente relacionada a uma ideia de pecado e de mudança desta pessoa. De fato, a visão desta religião sobre a homossexualidade, analisada pelo autor, representa os estigmas mais comuns. Por exemplo: a concepção de que esta deriva de abusos sexuais na infância; dificuldade na relação da criança com os pais ou com o parente do mesmo gênero. Além da percepção da pessoa homossexual considerada como “doente mental” com tendências depressivo-suicidas, instabilidade emocional e imaturidade mental, podendo ainda estar ligada a: vícios, compulsões, famílias “desequilibradas”, transtornos de identidade e possessão demoníaca. O que torna a “cura” uma possibilidade e uma necessidade para a “saúde social”.

Isto pode ser visto, no Brasil, principalmente nas ações de políticos da bancada religiosa cristã. Com efetividade, devido ao não cumprimento do caráter laico do Estado

Democrático Brasileiro, estes conseguem barrar leis, projetos e ações que englobam o respeito aos direitos de pessoas LGBTs, aprovam e disseminam discursos e projetos ancorados no ódio e na homofobia. Portanto, esta parte da população fica marginalizada e excluída do gozo de direitos fundamentais.

Mesquita e Perucchi (2016) abordam algumas das discussões mais recentes encontradas neste cenário, como o ataque ao PLC 122/2006, que criminalizaria a homofobia, a criação do PDC 234/2011, que buscou interferir em artigos da Resolução nº 01/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o ataque ao “kit anti-homofobia” do Ministério da Educação.

Analisando vídeos de porta-vozes das religiões cristãs (em suas vertentes fundamentalistas), os autores destacam que estes utilizam de alguns mecanismos para imposição de sua autoridade sobre o tema, como serem porta-vozes de alguma divindade, representantes políticos do povo e cidadãos de direito com poder e liberdade de expressão. Para isto, cabe até mesmo a aliança entre duas religiões com dogmas diferentes, desde que seja reforçada a crítica aos homossexuais (Mesquita & Perucchi, 2016).

Mesquita e Perucchi (2016) consideram, portanto, que a atuação dos/as psicólogos/as é imprescindível para a despatologização e desconstrução das concepções rígidas de normalidade. Ainda no âmbito político, cabe mencionar o deputado Jair Bolsonaro (PP) que foi entrevistado por Ellen Page para o documentário *Gaycation* (Kenny, 2016) e que demonstra não só discursos extremamente homofóbicos, mas também machistas e racistas. Além de demonstrar significativa desinformação sobre os assuntos que tanto critica.

Por fim, o que seria, então, a LGBTfobia? Este é um conceito sem uma definição simples. Em linhas gerais, a LGBTfobia envolve diversas concepções que fomentam preconceitos e práticas discriminatórias em relação às pessoas que possuem identidades de gênero e identidades sexuais não-hegemônicas - lésbicas, gays, bissexuais, transexuais,

travestis, *queers*, etc. (Rosa, 2017).

Borrillo (2009) trata, em seu texto, da homofobia mais especificamente e a define como uma forma de violência contra gays e lésbicas sendo caracterizado por sentimentos de medo, aversão e repulsa, podendo ser expressa de diversas formas, tais quais: (a) a discriminação por qualquer demonstração de características ou atitudes comuns de outro gênero; (b) a intolerância a gays e lésbicas; (c) a condenação à homossexualidade; e, (d) a discriminação pela constante diferenciação e atribuição de privilégios a heterossexualidade em relação à homossexualidade.

De forma mais específica, a homofobia - ancorada na heteronormatividade - pode ser concebida como a construção e a manutenção, no cotidiano, de fronteiras simbólicas rígidas entre indivíduos que apresentam diferentes orientações afetivo-sexuais (Madureira & Branco, 2012b).

Ainda, a LGBTfobia poderia ser dividida em lesbofobia e transfobia, que compreende parcelas da população que sofrem ainda mais o efeito do preconceito e da discriminação. Na realidade, como este é um fenômeno que existe essencialmente devido à normatização e inferiorização daqueles/as que não se identificam conforme a heteronormatividade hegemônica e conforme o sistema binário de gênero, não se pode desvinculá-la do sexismo que implica na hierarquização dos gêneros. Assim, Borrillo (2009) afirma que:

A heterossexualidade aparece, assim, como o padrão com o qual todas as outras sexualidades devem ser comparadas e medidas. É essa qualidade normativa – e o ideal que ela encarna – que constitui uma forma específica de dominação chamada heterossexismo. Este pode ser definido como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade assume posição superior (p. 25).

Estas características, apesar de culturais, são tidas como estáveis e universais se tornando um instrumento de poder (Woodward, 2000) que identifica e define uma lógica linear de determinação do gênero e da sexualidade a partir do sexo biológico. Assim, todo aquele/a que escapa ou atravessa estes limites fica marcado como diferente ou desviante, sendo desvalorizado/a e passível de “correção”, essa classificação age, em última instância, de forma a gerar privilégios, privações de direitos e vantagens (Louro, 2004).

A LGBTfobia, entretanto, não é um fenômeno natural, mas sim uma consequência cultural de uma sociedade que reduz o “outro”, ou seja, todos/as aqueles/as que não se enquadram nos padrões ainda vigentes atualmente do “homem, branco e heterossexual”. Junqueira (2010) ressalta, ainda, que classismo, racismo, sexismo e LGBTfobia são formas discriminatórias ensinadas cotidianamente, através do que é denominado como currículo oculto, nas escolas brasileiras, reforçando a hegemonia de uma heterossexualidade compulsória.

Além disso, o preconceito é um tema nacionalmente evitado em diversos ambientes sociais, configurando-se, por fim, como um tabu, mas que se encontra presente no cotidiano de todos/as, desde formas sutis até as formas mais violentas (Pérez-Nebra & Jesus, 2011). Portanto, a compreensão mais aprofundada deste fenômeno (LGBTfobia) permitirá que se elaborem propostas de desconstrução do mesmo, sendo que a promoção de transformações nas instituições (como família, escola, religião e mídia) é de fundamental importância. Para tanto, é necessário desconstruir os mecanismos de controle e vigilância que fomentam a LGBTfobia no cotidiano. O que se estende a diversos outros aspectos intrínsecos ao debate no campo dos direitos humanos, bem como implementar políticas públicas que sejam eficazes nessa direção.

Metodologia

Na pesquisa em questão, foi utilizada uma metodologia qualitativa (Chizzotti, 2006; Madureira & Branco, 2001; Minayo, 2007a), mediante a realização de entrevistas individuais semiestruturadas com os/as participantes, de forma integrada à apresentação de diferentes imagens (fotografias) previamente selecionadas. Em linhas gerais, o que caracteriza a pesquisa qualitativa? De acordo com Minayo (2007a),

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível da realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. (...) (p. 21).

Portanto, para essa metodologia, a realidade envolve diversos fenômenos complexos que dependem das possibilidades socioculturais que esse indivíduo possui e também de como o mesmo dá sentido às suas experiências. Dessa forma, considera-se o efeito dos contextos culturais em que o sujeito se insere e também o seu desenvolvimento psicológico autônomo (Madureira & Branco, 2001).

No contexto das pesquisas que utilizam uma metodologia qualitativa de investigação, a realização de entrevistas se configura como um procedimento metodológico bastante fértil (Minayo, 2007b). Nesse sentido, o momento da entrevista: “consiste em um espaço dialógico, perpassado pelos significados co-construídos pelo pesquisador[a] e entrevistado[a].” (Madureira & Branco, 2001, p. 63). Em especial, as entrevistas semiestruturadas se destacam por possibilitar uma certa flexibilidade nas questões realizadas pelo/a pesquisador/a, e também nas respostas do/a participante, mesmo envolvendo a utilização de um roteiro para

guiar o/a pesquisador/a (Madureira, 2007a).

Participantes

Participaram da pesquisa homens e mulheres que apresentam identidades sexuais não-hegemônicas e tenham nascido em famílias cristãs, sido cristãos/ãs ou que ainda eram no momento da entrevista. Ou seja, que tenham tido vivências no âmbito do cristianismo e tenham sofrido ou percebido a presença da homofobia neste contexto, em algum momento de suas vidas.

São apresentados, a seguir, os dados sociodemográficos dos/as participantes na Tabela 1, considerando suas idades, escolaridade, religião de origem e atual e se estes consideram-se ativistas do movimento LGBT, ou não. Para manter o sigilo das informações pessoais, os nomes dos/as participantes foram substituídos por nomes fictícios neste relatório.

Tabela 1

Dados sociodemográficos dos/as participantes

Nome Fictício	Idade	Escolaridade	Identidade Sexual	Espiritualidade/Religião		Ativista LGBT
				Origem	Atual	
Gabriel	20	Superior ²	Gay	Evangélica Pentecostal	Evangélica Tradicional	Não
Adriano	21	Médio	Gay	Evangélica	Cristã	Não
Marcela	19	Médio	Bissexual	Evangélica	Cristã	Sim
Felipe	24	Médio	Gay	Evangélica	Agnóstico	Não
Ariel	20	Superior ²	Lésbica	Cristã	Agnóstica	Não

Nome	Idade	Escolaridade	Identidade Sexual	Espiritualidade/Religião		Ativista
Fictício				Origem	Atual	LGBT
Igor	18	Superior ²	Pansexual	Católica	-	Sim
Fabiana	36	Superior ¹	Lésbica	Espírita Cristã	-	Sim
				do Vale do Amanhecer		
Pedro	27	Superior ¹	Gay	Católica	Umbanda	Sim

¹ Nível Superior concluído

² Nível Superior em curso

A coluna “Espiritualidade/Religião Origem” representa a religião ao qual o/a participante foi introduzido/a durante a infância como referencial. Pedro, por exemplo, foi criado por uma bisavó com crenças muito fortes na religião Católica e apesar de sua mãe ser cristã não-praticante, essa bisavó foi quem mais o influenciou religiosamente. Portanto, considerou-se esta como sua religião de origem.

Já em relação à coluna “Espiritualidade/Religião Atual”, Adriano e Marcela informam ter se desvinculado de religiões. Contudo, mantêm crenças em relação às tradições cristãs sem seguir dogmas específicos. Ainda, Igor não expressa nenhuma espiritualidade, considerando-se ateu. Fabiana não se vincula à nenhuma forma de espiritualidade, possuindo atitude contrária às religiões e ao agnosticismo, mas ressaltando a relevância e o valor do vínculo espiritual para certas pessoas.

Por fim, a pesquisa contou com a participação de um número igual de ativistas e não ativistas do movimento LGBT.

Materiais e instrumentos

Foram utilizados nesta pesquisa os seguintes materiais: o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme Anexo A, em duas vias para cada participante, o roteiro de entrevista e as imagens previamente selecionadas, Anexo B, todos em meio impresso, também foi utilizado o gravador de um *smartphone* para registrar as entrevistas. Os instrumentos de pesquisa utilizados foram: o roteiro de entrevista, elaborado pelo pesquisador assistente e pela pesquisadora responsável (orientadora da pesquisa), em conjunto com as imagens previamente selecionadas e o diário de campo.

Cabe esclarecer que as imagens, enquanto artefatos culturais, podem se configurar como recursos metodológicos interessantes na análise e interpretação de diferentes fenômenos de interesse no campo da ciência psicológica, especialmente quando são focalizados temas polêmicos e delicados (Madureira, 2016). O uso de imagens visa estimular a construção de narrativas e reflexões por parte dos/as participantes sobre questões focalizadas na presente pesquisa.

Procedimentos de construção de informações

Após a avaliação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa do UniCEUB (CEP/UniCEUB) e parecer favorável para realização da pesquisa, Anexo C, foi realizado o convite a participação na pesquisa pelo pesquisador assistente, por meio de sua rede social. No caso de identificação com a população estudada e interesse do indivíduo, foi agendado data e horário para realização da entrevista, sendo informado que esta levaria aproximadamente uma hora. Dentre as oito entrevistas realizadas, quatro foram realizadas em instituições de ensino superior e quatro foram realizadas em locais de preferência dos/as participantes - resguardado a realização das entrevistas em local silencioso e que não expusesse o/a participante.

No momento da entrevista, foram esclarecidas as questões éticas envolvidas na participação e ressaltado o seu caráter voluntário, conforme consta no TCLE, também solicitou-se a permissão para gravação da entrevista. Com isso, foram realizadas oito entrevistas individuais semiestruturadas, buscando permitir a exposição das vivências individuais e particularidades de cada sujeito.

Após as entrevistas, o nome e outras características dos/as participantes que poderiam identificá-los/as foram alterados ou omitidos garantindo o sigilo das informações referente à identidade pessoal dos/as participantes. Além disso, foi realizada a transcrição das entrevistas e os arquivos de gravação em áudio foram apagados.

As entrevistas foram realizadas de forma integrada à apresentação de imagens previamente selecionadas. É importante mencionar que, durante todo o processo, foi utilizada a técnica de diário de campo, para permitir ao pesquisador assistente inserir comentários e percepções acerca das entrevistas, após a realização das mesmas, servindo como parâmetro para enriquecer as discussões e reflexões sobre as informações construídas no decorrer da pesquisa de campo.

Procedimentos de análise

Para a análise das informações construídas na pesquisa de campo, optou-se por utilizar a técnica da Análise de Conteúdo, na busca pela compreensão dos significados atribuídos pelos/as participantes às temáticas focalizadas na pesquisa, indo além do que as falas dos/as participantes expressam, de forma explícita (Minayo, 2006).

De forma mais específica, foi utilizada o método da Análise de Conteúdo Temática, que permite descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação (Bardin, 1979) através da: (1) leitura compreensiva e exaustiva que busque compreender o sentido do conjunto e de suas particularidades; (2) exploração das informações através da decomposição

destes em núcleos de sentido, o que caracteriza a análise propriamente dita; e (3) síntese interpretativa das análises, tendo como base o objeto de estudo em foco e os objetivos da pesquisa.

Portanto, a partir das transcrições das entrevistas, foram identificados diversos trechos de relevância para a pesquisa, considerando os objetivos (geral e específicos) e a fundamentação teórica utilizada. Com base em tais trechos, foram construídas as categorias analíticas temáticas que, além de funcionarem como “instrumento” do pensamento e da ação dos/as pesquisadores/as no trabalho de análise e interpretação das informações construídas na pesquisa de campo, permitem organizar os resultados de uma forma que facilita a elaboração da análise e da discussão.

Foram elaboradas as seguintes categorias analíticas temáticas: (a) Vivências dos/as participantes em relação à espiritualidade em diversos contextos religiosos; (b) Espiritualidade e homofobia no cotidiano: o “olhar” dos/as participantes; (c) O processo de aceitação da própria orientação sexual em distintos contextos: o medo em discussão; (d) Questões de gênero e sexualidade em foco.

Resultados e Discussão

Os resultados aqui apresentados e discutidos foram organizados considerando as categorias analíticas temáticas que foram construídas, mencionadas anteriormente. Ressalta-se que em respeito ao sigilo com relação às identidades pessoais dos/as participantes, os nomes aqui apresentados são fictícios.

As vivências dos/as participantes em relação à espiritualidade em diversos contextos religiosos

A dimensão da espiritualidade, que é de grande importância para muitas pessoas, pode ser considerada uma busca pessoal e existencial ligada ao transcendente na tentativa de responder a questões sobre a vida e seu significado (Panzini, Rocha, Bandeira & Fleck, 2007). Contudo, a forma como esta dimensão começa a ser construída dentro dos contextos familiares, pela transmissão da cultura, está comumente vinculado às religiões.

Busin (2008) afirma que, devido à colonização portuguesa, as matrizes cristãs permeiam toda a cultura brasileira, influenciando as crenças e valores até mesmo de quem não se diz cristão. Isto também foi percebido nas entrevistas, sendo que sete dos oito participantes foram criados dentro de contextos cristãos. A participante Fabiana, que apesar de ser criada sob outra influência religiosa, buscou o cristianismo por conta própria na tentativa de ser melhor recebida e acolhida dentro dos grupos sociais, como da escola, conforme relata *“na minha adolescência eu quis sair [do Vale do Amanhecer] por vários motivos, um deles era essa, err, rejeição social pra quem não era católico ou evangélico”*.

Devido a essa cultura velada do cristianismo como norma e pela falta de um Estado verdadeiramente laico - por fatos, como a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) ser a responsável pelo encaminhamento e proposição das pautas LGBTs e das mulheres (Lopes &

Vital, 2012) - as experiências espirituais e, mais especificamente, religiosas se tornam potenciais geradoras de sofrimento, especialmente em relação a pessoas que apresentam uma identidade sexual não-hegemônica. Felipe relata que *“com o tempo eu comecei a perceber que essas religiões, a grande maioria delas, principalmente as cristãs, não me cabiam dentro delas”*. O participante descreve um sentimento muito comum entre as pessoas deste grupo que é o de não-pertencimento e não-lugar.

Esse sentimento é facilmente compreendido, já que são as nossas identidades que irão definir quais são os lugares sociais que poderemos participar e enquanto as “novas” identidades sexuais são capazes de abarcar diferenças e contradições que necessitam ser negociadas, essas religiões não suportam tal instabilidade (Galinkin & Zauli, 2011; Woodward, 2000). Isso devido à própria concepção de religião, que é algo eminentemente social (Woodward, 2000) e segundo Prado (1999) surge a partir de uma necessidade de dar sentido ao que não compreendemos, nos dando segurança em relação ao que tememos, que é, muitas vezes, a diferença.

Como forma de conferir ordem à vida, as diferentes religiões definiram quais as diferenças mais importantes na definição de suas crenças e valores e, nesse sentido, as matrizes cristãs - mas não apenas elas - caracterizam uma determinada forma de se vivenciar a sexualidade, por meio de uma heteronormatividade com fronteiras simbólicas bem estabelecidas entre os gêneros e regras de conduta (Galinkin & Zauli, 2011).

Gabriel também menciona ter experienciado essa rígida divisão:

pela minha condição sexual eu não caibo em nenhuma das duas [vertentes da Igreja Evangélica], eu sou rejeitado nas duas, eu posso entrar lá, mas se eu entrar lá, eles têm um discurso mais de condenação à minha vida depois da morte. Então nada legal você ficar num lugar que falam que você vai pro inferno!

Dessa forma, percebe-se que os dogmas cristãos não conseguem representar amor, fraternidade e paz para todas as pessoas. Assim como o código seguido pelas religiões dessas matrizes têm-se provado, historicamente, excludente de diversos grupos sociais que não atendem aos padrões predefinidos, isto porque é prezada a pureza e a penitência a partir de referenciais, muitas vezes, arbitrários ou datados (Albuquerque Júnior, 2011; Lima, 2006; Nahra, 2007; Ryan, 1999; Vainfas, 1992; Vieira Júnior, 2008).

Ainda, muitos participantes ressaltam a hipocrisia entre o discurso destas religiões e as práticas de seus membros. Nesse sentido, quando questionado o que faria na situação hipotética do líder religioso que prega sobre “aceitar, apoiar e cuidar de todos, pois Deus é amor e não ódio”, mas avisa ao casal que não é heterossexual que devem renunciar à sua sexualidade, Igor se revolta e diz que: *“ia chamar ele de hipócrita também, com esse discurso de deus é amor, pena que não seja condizente com a sua realidade e acolha todo mundo, sabe?”*. A participante Marcela afirma que diz estudar muito a Bíblia e *“eu via que muita coisa que tinha na igreja evangélica vai contra o que a bíblia prega e assim (...) [lá dentro] não é um lugar onde eles seguem a Bíblia, por mais que eles digam isso”*.

Tal hipocrisia está ainda consistente com as discussões realizadas por Galinkin e Zauli (2011) e Woodward (2000) sobre os processos identitários e culturais, pois ainda que essas religiões requeiram uma identidade estável e homogênea de seus membros, nem mesmo seus dogmas conseguem sustentar esse grau de autonomia em relação à sociedade em que se inserem atualmente. Ou seja, são necessárias inevitáveis concessões que geram cada vez mais desestabilidade nessa suposta identidade inflexível. Transparecendo, assim como Pedro explicita no trecho abaixo, que a LGBTfobia existente dentro dessas instituições é uma perseguição histórica das diferenças que toma maior proporção atualmente devido ao poder político recém-adquirido na defesa da diversidade sexual:

eles pegam um grupinho pra fazer de diabo, porque, por exemplo, eles já fizeram com as mulheres, (...) eles atacam elas no jeito deles, né, por exemplo, eles são contra os métodos contraceptivos, são contra aborto, são contra um monte de coisa que é de saúde pública, mas enfim... e acho que [atualmente] eles pegaram a gente pra cristo

Ademais, o ambiente familiar que valoriza apenas uma possibilidade de vivência tanto da espiritualidade quanto da sexualidade, pela invisibilidade de outras formas de vivenciar o mundo, gera uma violência psicológica enorme à criança, adolescente ou mesmo ao adulto. Assim, a família, muitas vezes, deixa de ser um refúgio e torna-se a primeira propagadora de homofobia, intolerância, inferiorização e exclusão, além de favorecer a construção de uma lealdade inconsciente, capaz de conservar diversos segredos em prol do funcionamento do grupo (Barbosa, 2017). Fato que é muito presente para Marcela, que menciona que sua mãe não sabe que a participante não é mais evangélica, porque acredita que “*ela é do tipo de pessoa que se eu falar isso, ela vai me arrastar pra igreja de qualquer jeito, então eu prefiro só ficar calada assim*”. De forma similar, Igor afirma que:

eu não conseguia conviver com a dualidade que tinha, porque eu era coroinha, era uma coisa muito complicada, eu subi no altar (...). Eu tinha 12 anos e eu não tinha coragem de não subir, porque iam perguntar porque daquilo e eu não tinha coragem de explicar.

Portanto, foi possível perceber que, muitas vezes, buscando encontrar “brechas” para seu pertencimento nas religiões cristãs ou compreender melhor o motivo de sua sexualidade

ser considerada uma “abominação”, os participantes buscaram estudar profundamente a Bíblia, como é o caso de Ariel, Igor e destaca-se o caso de Marcela, que já a leu inúmeras vezes:

eu estudo muito a Bíblia até hoje e eu estudo muito sobre isso, então assim, (...) eu escutava coisas... por falar as coisas que estavam na Bíblia eu escutava que não podia falar. (...) Na Bíblia não fala nada de níveis de pecado, se você acha que tem alguém mais pecador que você, não tem.

Sendo unânime entre os/as participantes que ainda se consideram cristãos/ãs que o problema das religiões pertencentes a tal matriz está nas pessoas que as conduzem e delas participam, ou seja que esse não é o mandamento ou o que buscou pregar Jesus, figura que representa a salvação da humanidade pelo amor, conforme mencionado por Marcela:

Jesus era um cara que andava com os negros, com as prostitutas e eu acredito que até mesmo com os homossexuais, não tem isso no texto da Bíblia, mas eu acredito. Err, e ele se revoltava com coisas que iam contra os princípios que ele acreditava, (...) então, eu acho que ele sempre pregou muita paz, muito amor e não é uma coisa que a gente vê muito hoje em dia, é uma coisa que a gente não vê muito na igreja

Segundo Silva (2012), que estudou a exegese da Bíblia, este texto têm sido interpretado de forma descontextualizada, buscando conservar os dogmas religiosos, a patrística, defendida pelos setores mais conservadores, têm promovido o preconceito e a discriminação de diversos grupos. Nesse sentido, Mesquita e Perucchi (2006) também apontam os perigos dessa leitura literal da Bíblia, ao destacarem como esses grupos

fundamentalistas religiosos vinculam a garantia de direitos às pessoas com identidades sexuais não-hegemônicas à enunciados de pânico moral - que são mecanismos muito utilizados na resistência a transformação social através do medo da mudança -, como o “fim da família”.

Portanto, a crítica que Fabiana faz a tal interpretação fornecida aos membros das igrejas de forma “pronta” em conjunto com uma cultura que proíbe e pune o questionamento é de extrema importância:

a dificuldade de leitura das pessoas em relação ao que tá colocado como sagrado é pior ainda, porque aí ela tem uma interpretação pronta, né, porque... inegavelmente os centros religiosos estão lotados de gente (...) sendo guiadas e repetindo discursos de que não se pode isso, não se pode aquilo, mas as pessoas nem refletem sobre o que tá sendo dito, né.

Justificando os resultados encontrados em Lima (2006) e que aparecem similarmente nesta pesquisa sobre o abandono das crenças cristãs, e até de qualquer aspecto da espiritualidade, por muitos ativistas LGBTs. Por exemplo, entre os/as 4 participantes ativistas na causa LGBT, apenas Marcela mantém-se cristã, apesar de ter se desvinculado de qualquer religião, e Pedro que optou por seguir na umbanda, se desvinculando das tradições cristãs.

O mesmo se repetindo, em menor frequência, no caso dos participantes não-ativistas da causa LGBT, sendo que Gabriel manteve-se na mesma religião, mudando apenas de vertente. Adriano afirma-se apenas como cristão atualmente, sem vínculos com religiões, e os outros se consideram agnósticos. Marcela também demonstra-se indignada com o fato de que *“aquelas pessoas não sabiam no que elas acreditavam... elas tavam seguindo uma coisa que falaram pra elas”*, defendendo a necessidade das pessoas buscarem conhecer mais

cuidadosamente aquilo que seguem.

Mais custoso e danoso psicologicamente é para aqueles/as que assumem suas identidades sexuais nas igrejas ou são vistos com desconfiança pelos membros destas, já que constantemente necessitam provar serem melhores do que os outros. Isso devido à vinculação das identidades sexuais não-hegemônicas à representação estigmatizada do pecado original de Eva em comer o fruto proibido, uma “falha fundamental” que necessita reparação. Dessa forma, assumir sua identidade sexual é antes de tudo assumir um risco de se prejudicar em determinados setores da sociedade (Madureira & Branco, 2007; Sedgwick, 2007), como retratado por Junqueira (2009) sobre a vivência dos/as alunos/as LGBTs nas escolas.

Essa forma de LGBTfobia pode gerar uma busca frenética de supercompensação e ser um gerador significativo de sofrimento, como relatado por Adriano: *“eu não sou bem visto na igreja, tipo eu sinto que tem uma lupa em cima de mim, sabe? Se meninos da minha idade tem que ser como... se eles tem que ser bons, tipo, eu tenho que ser muito melhor!”*.

Ainda, muitos líderes religiosos utilizam o espaço da igreja e de discursos fundamentalistas para fomentar discursos de ódio. Assim fica claro que a questão da LGBTfobia dentro das religiões não passa apenas por uma questão histórica e racional, mas também por questões afetivas, relacionando-se ao ódio e à agressividade. Por exemplo, durante um sermão na igreja de Adriano, um pastor convidado expunha sobre a Reforma Protestante e, de acordo com o participante, de alguma forma entrou em um discurso sobre os direitos LGBTs e “ideologia de gênero”, chegando a se alterar e emitir um xingamento no púlpito, o que para o participante é algo:

repreensível, tipo... você tá lá sendo um instrumento usado por Deus e você me manda um palavrão, sabe? Naquele momento eu me senti ofendido e eu comecei a escrever uma carta pro pastor a respeito disso, porque, porque eu não acho que você

se portar dessa forma é você dar um testemunho de quem Cristo foi...

As religiões e o convívio religioso também podem ser compreendidos como um local de pertencimento e trocas sociais entre os indivíduos. Portanto, a exclusão sistemática de pessoas LGBTs destes espaços gera perdas na relação, já fragilizada, do indivíduo com sua comunidade, amigos ou conhecidos e leva, potencialmente, a um distanciamento maior dos pais e a uma quebra que pode ser traumática com as vivências da espiritualidade.

Assim, cristãos de identidades sexuais não-hegemônicas têm buscado por igrejas mais inclusivas que permitam a desconstrução dos preconceitos, dogmas e diversas concepções limitantes e excludentes das igrejas tradicionais. Contudo, poucos são os casos de igrejas que realmente cumprem o discurso de inclusão da diversidade, conforme verificado por Maranhão Filho (2011). Se tornando comum vivências como a que Adriano traz que sofreu homofobia dentro de contextos religiosos pela primeira vez em igrejas “inclusivas *pero no mucho*”:

é uma igreja mais renovada então, tipo, o pastor é psicólogo, o filho do pastor é psicólogo e, tipo, (...) eu acho que o pastor é muito... assertivo nessa questão, sabe? De ter mente aberta, eu acho que ele é vanguardista nesse sentido. E enfim, mudamos pra essa igreja, só que tipo assim... Nessa nova igreja eu já sofri homofobia várias vezes!

Os que não se mantêm vinculados às religiões cristãs tendem a buscar, ao menos inicialmente, outras expressões religiosas ou vivências da espiritualidade, buscando visitar diversos rituais, como os de matrizes africanas e os paganismos. Isto se dá, pois por não serem hegemônicas e terem sofrido diversas discriminações também, acabam “*tendo uma visão*

mais humanizada das outras pessoas e da gente também... lá não se faz muita distinção de cor, de orientação sexual... ”, mencionado por Felipe sobre a umbanda e, similarmente, por Fabiana e Igor sobre outras religiões.

De certa forma, as pessoas de religiões de matrizes africanas, como o candomblé, têm vivências de discriminação e silenciamento que se aproximam, de certa forma, das vivências de pessoas LGBTs. Contudo, ao ser iniciado o participante dessas religiões passa a ter uma nova família, a família de santo (Caputo, 2008). Portanto, o terreiro constitui-se também em um espaço de pertencimento social.

Ainda, apesar da composição predominante cristã da população brasileira, é possível perceber uma confluência de crenças divergentes. Especialmente em cristãos que apresentam crenças advindas do espiritismo e nas influências cristãs em diversas outras religiões (Busin, 2008), o que se justifica por nossa diversidade histórica. Portanto, não surpreende que seis dos participantes se identifiquem em algum nível com a imagem de Buda, apresentada com outros símbolos religiosos na terceira imagem selecionada. Sobre isto, o comentário de Igor é muito significativo ao afirmar que *“por mais que são religiões em si, seja tratado mais como filosofia de vida muitas vezes”*, o que é melhor caracterizado por Marcela:

Tem muito isso no budismo, de paz e paz de espírito (...). Ele evita você ter esse ódio no coração... É mesmo melhor, você tentar atingir esse equilíbrio no seu corpo, essa paz de espírito a ponto de você não precisar odiar ninguém pra se sentir completo, a ponto de você não precisar... ninguém precisa disso, sabe? Então, por isso que ela me chama mais atenção.

Contudo, considerando o sofrimento causado pelo fundamentalismo religioso, aqui especificamente vinculado à LGBTfobia (Kenny, 2016; Mesquita & Perucchi, 2016; Sivan,

2016), é importante analisar como essa influência religiosa, especialmente da matriz cristã, é permeada de dispositivos de controle, no sentido da criação de corpos dóceis, e exclusão social (Mesquita & Perucchi, 2016), conforme ressaltado também pela participante Fabiana:

no meu percurso eu tenho esse entrave político, pessoal, profissional, afetivo... com a religião, eu acho problemática mesmo, assim, as estruturas são opressoras. (...) a minha existência, ela é baseada em rejeitar e em subverter essas ordens [da violência religiosa]

Assim, a religião e a espiritualidade deveriam ser experiências de crescimento e autoconhecimento através de uma conexão transcendental, ou mística, que contém em suas bases constitutivas a elevação do sujeito e o respeito ao outro e a natureza, de todas as formas. Têm se tornado, contudo, instituições que envolvem, frequentemente, mecanismos de coerção, controle e promoção de sofrimento, como mencionado por Gabriel “*deveria ser a assistência motriz da sociedade como ela se propõe a ser, ela não tá sendo. Ela tá deixando pessoas (...) desamparadas e tá dando palco a discurso de ódio*”. Fazendo-se necessária a análise das diversas expressões LGBTfóbicas expressas nestes locais.

Espiritualidade e LGBTfobia no cotidiano: o “olhar” dos/as participantes

Esta categoria analítica permitiu analisar como a LGBTfobia, sofrida dentro dos contextos religiosos, afeta e afetou, direta ou indiretamente, a vida dos participantes. Borrillo (2009) define diversas formas em como a homofobia pode ser expressa, destacando-se a discriminação pela diferenciação e demarcação de privilégios em relação à heterossexualidade e pela, conseqüente, condenação das outras identidades sexuais. Todos os relatos apresentados pelos/as participantes estão em sintonia com a discussão desenvolvida

por Borrillo (2009).

Considerando o exposto, a descrição por parte dos/as participantes é, em geral, de um significativo sentimento de culpa em algum momento da vida devido à sua sexualidade, sendo associada, muitas vezes, a questões como: pecado, auto-responsabilização, medo, reação dos pais, etc. Culpa que, por vezes, permanece mesmo depois da “aceitação” da própria sexualidade, como trazido por Gabriel “*Como ainda me sinto (risos)... Éee, você se sente culpado por algo que você não pediu, porque a condição sexual é algo que você não pede, você nasce ou você não nasce.*”.

O preconceito contra pessoas que apresentam identidades sexuais não-hegemônicas é reforçado ao ponto de ser internalizado por estas. O que se articula a característica segregadora da discriminação, excluindo sistematicamente essa população e garantindo o sentimento de não-pertencimento a diversos contextos sociais, como a família, o trabalho e, mais relevante para a presente pesquisa, a religiosidade (Barbosa, 2017; Borrillo, 2009; Junqueira, 2009; Mesquita & Perucchi, 2016).

Nesse sentido, Gabriel também afirma:

“você se sente diferente, mas não um diferente legal, você se sente um diferente excluído e ser excluído gera dor. Todo... toda homofobia que eu já sofri... todo ato de homofobia que eu já sofri... tudo, tudo que eu leio relacionado à homofobia a mim ou a outro, eu sofro. Seja uma dor de um segundo, seja uma dor de um minuto, seja uma dor de... meia hora. Eu continuo sofrendo, mas aí entra a resiliência, porque nem só de dor a gente pode construir um mundo melhor.”

A resiliência, como foi mencionado, é uma das estratégias utilizadas por pessoas LGBTs para manejar a vivência da sua sexualidade no contexto da realidade social brasileira

atualmente. Madureira e Branco (2007) investigaram algumas estratégias pessoais e coletivas que eram utilizadas para lidar com o preconceito e a discriminação, como esconder a orientação sexual por meio da construção de uma rede intrincada de “ditos” e “não-ditos”, da participação na “comunidade gay” como forma de pertencimento social e da resiliência para conviver com esses focos de ansiedade e sofrimento psíquico.

Apesar de ser central no manejo da vivência LGBT numa cultura permeada por preconceito e exclusão sistemática, a resiliência não é suficiente para superar as marcas corporais que se constituem a partir desse sofrimento (Louro, 2004), como mencionado por Adriano:

Hmm, eu acho que eu sempre tive uma pele muito dura, sabe? Tipo, eu acho que eu soube lidar com... com isso muito bem, por algum tempo. Err, ano passado eu comecei a desenvolver depressão... (...) até um determinado momento da minha vida eu conseguia lidar bem com isso, mas chegou um ponto que eu não queria mais lidar com isso, eu não queria ouvir o que eu tinha que ouvir, eu não queria mais ser obrigado a lidar com nada disso, sabe? (...) aí eu comecei a pensar em me matar, eu pensei... comecei a pensar em me automutilar

Tal relato demonstra a força violenta da LGBTfobia, ainda mais quando introjetada, que pode levar a vergonha e à culpabilização em relação a si mesmo, percebendo-se como merecedor da agressão, a pessoa se torna imobilizada e esvaziada do sentido da vida, contribuindo, de forma preocupante, para pensamentos suicidas e, em última instância, ao próprio ato.

Percebeu-se, então, que a homofobia nos contextos religiosos tende a ocorrer principalmente de forma velada, isto porque o mais comum é que já conscientes sobre os

discursos emitidos em relação à população LGBT, tais pessoas frequentemente não revelem sua sexualidade dentro destes contextos. Assim, são mantidas redes intrincadas de ditos e não-ditos com os quais pessoas de identidades sexuais não-hegemônicas necessitam lidar para garantir seu acesso a determinados locais (Madureira & Branco, 2007; Sedgwick, 2007).

Contudo, manter sua sexualidade privada não garante o pertencimento ao contexto religioso, já que apenas a suspeita por parte dos membros ou chefes das igrejas é o suficiente para a exclusão e o tratamento diferenciado, assim Gabriel relata *“não sofri violência, eu sofri constrangimento... pelo pastor, por ele saber que eu sou gay e pela exclusão das atividades da igreja”*. Assim como Adriano, que foi expulso da equipe de louvor por suspeitas do pastor, Felipe que recebia indiretas constantes dentro da igreja e Fabiana que acreditou poder confiar seu “segredo” ao padre e depois passou a ser perseguida pelo mesmo.

Apesar da homofobia, muitas vezes, não ocorrer de forma direta e explícita dentro das igrejas, elas influenciam aqueles/as que reproduzem o discurso ali propagado e que repetem os discursos de ódio e discriminatórios de formas mais diretas fora deste espaço, assim vê-se a capacidade destrutiva de tais ações nas famílias e também o crescimento do número de suicídio e tentativas de suicídio.

Quanto ao suicídio, os dados são, infelizmente, consistentes. Um estudo de Teixeira-Filho e Rondini (2012) indicou que LGBTs têm mais chances de possuir idealizações suicidas ou tentar o suicídio. No Relatório do GGB, o suicídio foi a 3ª causa de morte mais comum entre pessoas LGBTs no Brasil. Além disso, é importante mencionar que 2017 foi considerado o ano com mais mortes “homotransfóbicas” desde que iniciou-se a coleta de dados formais e informais pelo mesmo grupo há 37 anos.

Tal realidade não foge aos relatos apresentados pelos/as participantes. Dentre as diversas menções a expulsões de casa, violência física com lâmpadas, garrafas, exorcismos, xingamentos na rua e etc, um caso contado por Adriano de um colega dele se destaca pela

brutalidade dos efeitos de discursos como os proferidos em algumas das instituições religiosas atualmente.

eu tenho amigos, um amigo na verdade, que a mãe jogou água quente nele, ele tava dormindo e ela jogou água quente nele. (...) Parte meu coração saber que tem mãe que mata o filho por isso... que tem pai que expulsa o filho de casa por isso, que tem gente que morre por isso, sabe? Tipo, é de partir o coração mesmo... É muito triste, sabe? Assim, você não poder expressar sua singularidade porque você tem medo de apanhar, porque você tem medo de ser assassinado mesmo, sabe?

Considerando ainda que a cultura orienta as ações, pensamentos e sentimentos das pessoas nela inseridas e que a cultura brasileira é fortemente influenciada por um histórico vinculado à tradição judaica-cristã, assim a política também não conseguiu alcançar ainda a laicidade. Portanto, existe uma confusão entre os discursos políticos e religiosos, como Adriano menciona o discurso de um deputado que pregou em sua igreja sobre a necessidade de se ter cuidado com os LGBTs que querem impor “algumas coisas” e o participante reage “*você precisa me negar o que é coisa básica, coisa que eu tenho direito, sabe... o direito de andar na rua sem ter medo de apanhar, o direito de não ouvir palavra desagradável, sabe?*”.

Não só a política, mas também a escola é influenciada por estes discursos fundamentalistas (Holanda, 2016), demonstrado pelo relato de Ariel que ao ter sua orientação afetivo-sexual descoberta e exposta na escola e para o pai. Além de perder contato com a namorada da época, ainda foi convidada a sala da vice-coordenadora, também mãe de uma de suas amigas, que tentou dissuadi-la de ser lésbica dizendo: “*você acha que isso é certo? Você acha que namorar uma menina é certo? E começou a perguntar isso pra mim*”. Portanto, percebemos que o controle sobre a sexualidade ancorada na heteronormatividade encontra-se

em todas as instâncias da vida social.

E a família? Comumente, as sexualidades diferentes da heteronormatividade são “*um assunto espinhoso dentro de casa que ambos não preferem tocar*” (Gabriel), mas o medo de que a criança fuja dessa norma preestabelecida a persegue desde cedo. O que afeta aos heterossexuais, homens e mulheres, que precisam viver “*o clichê né, o imposto pra gente, isso daqui a galera que é heterossexual passa mal, né. Porque vive cada coisa desnecessária só porque tem que ter aquela performance...*” (Fabiana), tanto quanto às lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, dentre outros, que são constantemente exigidos/as a se enquadrarem em algo que sequer poderiam compreender inicialmente:

eu cheguei pra minha tia uma vez e falei “ai, eu gosto muito da minha amiguinha (...) e tal, porque ela brinca de bola comigo e ela é legal” e aí a minha tia olhou assim pra mim e falou “ah, mas quando você crescer você vai ter um namorado pra brincar de bola com você!” e aquilo já entrou na minha cabeça, né? (Marcela).

Conclui-se, assim, que a LGBTfobia, muitas vezes, influenciada por crenças descontextualizadas de algumas religiões se institucionalizou na cultura brasileira, mais especificamente, ao ponto que como Igor comenta “*ninguém nem bate o olho, é uma coisa que acontece, assim, em qualquer lugar que você olha, tem sempre alguma coisa acontecendo e ninguém nem, só passa reto...*”.

Por afetar apenas uma parte da população que constantemente teve seus acessos a locais de partilha comunitária negados, o sofrimento gerado pela LGBTfobia fica restrito àqueles/as que a sofrem e que, muitas vezes, inicialmente, a sofrem sozinhos. Como Marcela menciona “*Não dá pra se sentir bem com isso, sabe? Não pode, você não pode ser livre, sabe...*”. O que pode representar bem as vivências dos/as participantes desta pesquisa.

O processo de aceitação da própria orientação sexual em distintos contextos: o medo em discussão

Como podemos encontrar tanto na literatura quanto no relato dos/as participantes, a LGBTfobia está presente no cotidiano das sociedades modernas e se perpetua de diversas formas nos mais diferentes estratos sociais. O que leva-nos à questão de quais os efeitos que tais vivências, mais especificamente quando relacionadas com a espiritualidade e a religiosidade, têm sobre o processo de cada pessoa em aceitar, e também “assumir”, sua orientação sexual. Nesse sentido, uma palavra (medo) se destaca por estar presente na fala de todos/as os/as participantes e ainda aparece geralmente acompanhada de outra palavra (culpa), como no seguinte relato de Gabriel: “Porque a sociedade meio que obriga os homossexuais a se sentirem assim (...) e quando a sociedade se cala e não fala nada, deixa a deus dar a os homossexuais, ela faz com que a gente se sinta com medo...”.

Segundo Brandão (2005), o medo está vinculado a insegurança em relação ao desconhecido e passa a ser um instrumento de coerção a partir do momento em que a forma de se alcançar a segurança é a partir do controle impositivo sobre tudo aquilo que é desconhecido. Dessa forma, pessoas LGBTs, por não possuírem, frequentemente, o suporte dos grupos sociais e instituições que esperariam possuir (como família, amigos e escola) (Barbosa, 2017), encontram-se, por vezes, tomados de insegurança e medo de viverem suas sexualidades. Assim, demonstram internalizarem culturalmente a necessidade do controle dos impulsos e dos afetos (Brandão, 2005).

As religiões cristãs, em termos institucionais, utilizaram do pecado e, com objetivos muito bem definidos, atribuíram assim as devidas punições para aqueles que os cometessem, chamando-as de penitências (Ryan, 1999). Tais penitências, no momento de indissociação entre Igreja e Estado chegavam a envolver extrema violência corporal (i.e. a força, a fogueira, etc) e mesmo hoje mantêm-se mecanismos similares, mesmo que com menor aprovação do

Estado devido às legislações vinculadas ao respeito aos direitos humanos. Ou seja, torna-se o sofrimento dos pecadores em exemplos do castigo, ou condenação, advinda de um ser superior e, portanto, controla-se pelo medo de tal punição, os seguidores.

Tal condenação é uma das principais formas de controle utilizada pelas religiões de matriz judaico-cristãs e está comumente associada a todos/as aqueles/as que divergem, por uma questão ou outra, das normas pré-estabelecidas.

A ideia de ser pecador, e se reconhecer desta forma, em alguns casos, desde a mais tenra idade, gera um sentimento de culpa no indivíduo que apresenta uma identidade sexual não-hegemônica (Sivan, 2016), o que é expresso claramente por Felipe que afirma já ter se sentido muito mal “*como se eu fosse um lixo, (...) fosse errado*”, porque ouvia com frequência comentários de outras pessoas que sequer o conheciam dizendo que este “iria para o inferno”.

Comentários como os mencionados por Felipe, infelizmente, não são incomuns àqueles/as que não se enquadram na heteronormatividade, caracterizando uma forma de LGBTfobia. Além disso, demonstram um fator relevante para a manutenção de preconceitos, e conseqüentemente da homofobia (Borrillo, 2009).

A LGBTfobia, apesar de suas especificidades, é também uma forma de preconceito que, segundo Myers (2014), é um fenômeno atitudinal, que envolve aspectos afetivos, cognitivos e comportamentais. Nessa perspectiva, considerar a intensidade de um preconceito é também levar em consideração a afetividade envolvida no objeto-alvo do preconceito por determinado indivíduo, daí advém o problema preocupante dos discursos de ódio e dos discursos fundamentalistas, que incitam atitudes violentas em relação às pessoas LGBTs (Kenny, 2016; Lopes & Vital, 2012; Mesquita & Perucchi, 2016; Savi, 2015).

Considerando isso, apesar da inexistência de trechos da Bíblia que incitem uma hierarquia entre melhores ou piores pecados, segundo a participante Marcela que afirma ter

lido a Bíblia diversas vezes, a homossexualidade (e todas as outras formas de experiência da sexualidade) tendem a se tornar “bodes expiatórios” para determinados grupos restando as pessoas que assim se identificam apenas, de fato, o medo.

O medo surge nos mais diversos contextos e foi expresso em diferentes momentos nas entrevistas realizadas. Nesse sentido, destacam-se: (a) ser descoberto/a; (b) assumir-se para os parentes e as reações dos mesmos; (c) trocar afetos com parceiros/as; (d) se relacionar com outra pessoa; (e) ser estereotipado/a; (f) sofrer violência física e/ou ser assassinado; (g) ouvir comentários desagradáveis; dentre outros. Os relatos dos/as participantes são todos similares, mas a fala de Adriano pela forma como esta demonstra o quanto esse sofrimento, mesmo que do passado, ainda tem seu custo psicológico e emocional no presente, se tornando uma marca constitutiva de sua experiência:

Hoje eu penso a respeito, tipo, de como eu me sentia e de como eu me sinto hoje e eu percebo que o que eu tinha muito era medo. (...) de sair na rua e alguém me chamar de viado, medo de tá com meus pais e alguém mexer comigo, medo de... de alguém descobrir, medo de... de alguém ver meu histórico no meu computador... tudo meu era muito secreto, como se eu tivesse cometendo um crime, sabe?

Esse custo é especialmente alto quando consideramos que esta rede de segredos gera uma barreira em termos identitários, que dificulta as relações da pessoa que apresenta identidade sexual não-hegemônica com outras pessoas, incluindo pessoas que têm maior relevância afetiva para o indivíduo (Madureira & Branco, 2007; Sedgwick, 2007).

Assim, o processo de assumir sua sexualidade para um grupo ou mais de pessoas, ou mesmo publicamente, pode aparecer vinculado a “*uma coisa muito libertadora, sabe? Tipo, é muito libertador mesmo*” (Adriano), por representar, muitas vezes, o fim deste medo.

Também aparecendo como uma surpresa positiva no relato de Pedro que teve sua sexualidade exposta na escola (militar) em que estudava e seu avô, general aposentado do exército, compareceu para uma reunião sobre esse tema. Nas palavras do participante:

ele foi super de boa, ele falou que ia atrás de quem tivesse de alguma forma me retaliando, de... que se ele soubesse de qualquer piadinha que tava a respeito a mim ele ia lá pra quebrar o pau, né... e que ele não ia vir falar comigo de forma alguma pra me podar. Ele queria que eu exercesse a minha sexualidade e que fosse o mais confortável pra mim... e eu imaginei que não, que ele fosse... que ele é militar, ele é bem mais velho...

Ressalta-se, apesar disso, que assumir sua sexualidade publicamente pode não ser a melhor estratégia para todos/as, como nos casos de Ariel, Igor e Gabriel. O último participante, inclusive, afirma ter sua sexualidade descoberta pela mãe, pois não tinha coragem de revelar esse “segredo” devido à suas crenças religiosas. Assim, relata que *“foi um choque, ela convidou o pastor para ir lá em casa, ela me bateu, ela... publicou e fez a transparência de quem eu era (...) dentro da minha família, como dentro da minha igreja (...) tentei suicídio duas vezes, que felizmente não deram certo”*. O participante conclui informando que ainda mudou para Brasília, pois a mãe tinha vergonha de ter um filho gay em uma cidade pequena.

Ariel apresenta uma história similar, apesar de mais violenta, tendo mudado para Brasília devido a ameaças de morte pelo pai de sua namorada da época, relato que, infelizmente, não é exceção dentre os/as participantes desta pesquisa. Fabiana relata que durante sua adolescência buscou, diversas vezes, se “enquadrar” nas normas e padrões estabelecidos para ela. Assim, namorou por um tempo com um garoto, contudo quando ainda

estava com ele apaixonou-se por uma mulher e terminou com ele o informando, sinceramente, o porquê. Dessa forma, a participante menciona que *“isso [dizer para um homem que ele está sendo trocado por uma mulher] ainda é complicado hoje, mas é menos difícil, mas na década de 90 isso poderia ser passível de morte, né, eu passei perto de ser assassinada”*. Fabiana relata ter sido perseguida, diversas vezes, por tal ex-namorado que obteve uma arma de fogo com o objetivo de eliminá-la.

Esta institucionalização da LGBTfobia, especialmente nas religiões e nas famílias, mas também na sociedade como um todo pelo nível de violência contra as pessoas LGBTs, gera uma situação de desamparo àqueles/as que apresentam identidades sexuais não-hegemônicas em que não resta, aparentemente, o que fazer além dos sentimentos de medo e culpa (Borrillo, 2009; Junqueira, 2009; Rosa, 2017). Tais sentimentos não têm implicações apenas nas situações vivenciadas pelos/as participantes, mas afetam também a autoestima, levando com frequência à depressão e ao isolamento.

Assim, Marcela menciona diversas situações que a levaram a atualmente mudar sua forma de agir e ser, além de sua postura corporal, parte do que será melhor discutido na categoria analítica seguinte: *“eu me retrai muito de acordo com os anos por causa disso, err, tanto por ser mulher, quanto por fazer parte da comunidade LGBT. Eu já andei, err, passei a andar muito retraída na rua, com medo de acontecer alguma coisa comigo, porque já aconteceram”*. Além dela, Igor ao lembrar de sua primeira relação com outro homem aos 12 anos de idade relata que *“foi muito pesado, porque eu passei um ano e meio achando que eu tava errado, me odiando, só que eu também não conseguia parar de ficar com ele”*.

E, por fim, a história de Adriano demonstra diversos sentimentos que o mesmo mantinha até o momento da entrevista, em tudo que faz relacionado à experiência de sua sexualidade: *“Eu tenho muita insegurança, eu tenho muito medo de várias coisas, tipo... e eu acho que (...) isso inclusive é uma das formas que a religião me moldou, sabe?”*. Portanto,

menciona a culpa ao se masturbar e o medo, já tendo tomado Profilaxia Pós-Exposição ao HIV (PEP) duas vezes na vida, conforme o seguinte relato:

Só que o que acontece... eu não tinha transado quando eu tomei PEP, (...) eu não sei, eu não tenho nem palavra, (...) beijar na boca me deixava tão culpado e eu fiquei com tanto medo que, tipo, eu tomei PEP... a minha vida sexual ela é extremamente limitada porque eu tenho muita desconfiança (...) Eu tenho medo de me tornar estereótipo... sei lá, eu não quero ser um estereótipo do que um gay é, sabe? Eu não quero, eu não quero desenvolver HIV, eu não quero ter uma vida promíscua, entendeu?

Este relato em específico é bastante relevante, pois demonstra os efeitos negativos da LGBTfobia que se mantém (institucionalizada) e se reproduz na sociedade (Borrillo, 2009; Rosa, 2017). Tal discurso é tão forte no sentido de que não apenas a experiência de sua sexualidade se tornou algo temível para o participante, no nível de se sujeitar a um tratamento extremo e carregado de efeitos colaterais. Assim, sua própria percepção do que é ser gay, se encontra deturpada negativamente por estereótipos negativos generalizados e não condizentes com a realidade, mencionando durante a entrevista que não quer ser um estereótipo de gay, “*eu não quero desenvolver HIV, eu não quero ter uma vida promíscua, entendeu?*”. Isto indica já um processo adoecedor e um fator de risco.

Questões de gênero e sexualidade em foco

Historicamente, o pensamento homofóbico e machista tem influenciado as crenças de que pessoas gays são necessariamente mais femininas, lésbicas mais masculinas. Já aos bissexuais, assexuais, transexuais, dentre outras formas de vivência das identidades de gênero

e sexual? A esses resta, muitas vezes, apenas a invisibilidade.

Isso porque essas lógicas de pensamento, alicerçadas em nossas marcas corporais, ou seja, no aparelho sexual que possuímos ao nascer, determinam uma suposta linearidade entre gênero e orientação sexual em relação ao biológico (Adichie, 2015; Borrillo, 2009; Junqueira, 2010; Louro, 2004; Scott, 1995). Dessa forma, não escapa do discurso dos/as participantes essa associação perpetuada culturalmente, mesmo quando vítimas dessa discriminação, como quando Felipe relata que contou a sua mãe sobre sua sexualidade:

ela olhou pra mim e não falou mais nada, porque era uma coisa que era muito óbvia! Porque quando eu era criança eu brincava muito de boneca, minha cor favorita era rosa... eu queria ter cabelo grande, então sabe? Era óbvio, ela não tinha como não saber, ela meio que só... chegou e ficou “ah, ah tá, então tá bom”, sabe?

Nessa situação específica de Felipe, tal relação determinista acabou, de certa forma, facilitando seu processo de assumir-se para sua mãe. Contudo, as consequências desta vinculação reducionista e cristalizada afetam não apenas a pessoas LGBTs como também a mulheres e homens cisgêneros e heterossexuais (Borrillo, 2009). Especialmente no caso de homens heterossexuais, é negada a possibilidade de vivência de sua afetividade de forma construtiva, o que por sua vez traz também uma imposição de como agir e se relacionar baseada especialmente na violência (seja física, psicológica ou sexual, dentre outras), como é expresso por Marcela:

eles fazem piadas com as mulheres e qualquer coisa é “ah, você é gay! Ah, para de ser mulherzinha!”, sabe? (...) eles querem se afirmar tanto homens que assim... eu

acho que isso é por medo de ser gay (...)! Como se isso fosse realmente afirmar eles como mais hetero

Essas “piadas”, assim como outros comentários diretamente ofensivos, não apenas perpetuam uma relação irreal entre gênero e orientação sexual, como também escondem uma relação de violência e desmerecimento da feminilidade como algo, supostamente, inferior à masculinidade. O que representa, portanto, o machismo e a misoginia, mas, principalmente, são os efeitos da masculinidade hegemônica (Adichie, 2015; Borrillo, 2009; Junqueira, 2010; Wang, Jablonski & Magalhães, 2006).

Todas essas situações demonstram o que Fabiana chama de “performances” heteronormativas em sua fala sobre suas irmãs que são *“heterossexuais, casadas, com filhos e tem suas famílias estruturadas na religião, maternidade... a paternidade é falha, mas faz parte da performance, porque homem pode não querer e mulher é obrigada”*.

Em relação ao relato de Fabiana apresentado anteriormente, cabe mencionar que apesar da existência da misoginia ser, historicamente, anterior à hegemonia das religiões de matriz cristã no Ocidente, a instauração dos dogmas religiosos cristãos possibilitou a institucionalização e normatização desse fenômeno - a misoginia. Isso porque tal matriz religiosa vincula a feminilidade a atitudes “demoníacas”, como pode ser encontrado no relato bíblico do Antigo Testamento sobre Adão e Eva (Madureira, 2016). Dessa forma, foi reforçado o papel de “serventia” da mulher em relação ao homem, de cuidadora da família e do lar, além de se definir como as relações entre ambos devem ocorrer, ademais, quando em pecado, as mulheres também são passíveis de punições mais rigorosas e violentas para restituir sua “alma” e “santidade” (Vainfas, 1992).

Apesar de, infelizmente, não serem necessários exemplos, ressalta-se uma das diversas situações vivenciadas por Marcela na igreja a que frequentava, onde relata que na

última vez que foi a igreja: *“pra você ter uma ideia, o pastor falou que as mulheres têm que ser submissas aos homens, falou que homossexualidade é pecado, falou que se você não der o seu dízimo e a sua oferta você não vai pro céu...”*.

Percebe-se, portanto, além das questões de gênero, também a presença da coerção e do abuso de poder por esse pastor que busca vender o “reino dos céus” a partir do dízimo e das ofertas (Silva, 2012). Além disso, o tratamento da mulher como submissa ainda contribui para a sua objetificação, como se a mesma fosse apenas um objeto para servir ao homem, e uma nova violência se instaura: a hipersexualização da mulher.

Nesse sentido, os comentários depreciativos podem surgir em qualquer esquina, isso quando não envolve a violência sexual, de fato, o que gera um medo generalizado de conviver em sociedade, devido à insegurança em relação a viver ou morrer com base apenas em seu corpo (Brandão, 2005; Louro, 2004) e pode desencadear diversos problemas psicológicos, como transtornos de ansiedade, distúrbios de sono e etc. Considerando que as exclusões e violências se associam, tornando-se uma “sinergia de vulnerabilidades” (Franco & Ciccillini, 2015), pior é para as mulheres lésbicas (e/ou negras), que além da LGBTfobia, ainda são sexualizadas por homens heterossexuais (Borrillo, 2009; Busin, 2008; Junqueira, 2010). Uma situação que Marcela expressa em seus relatos:

Já sofri homofobia só de estar andando de mãos dadas com a minha irmã e olha que a gente tinha acabado de sair de um enterro, (...) a gente tinha acabado de perder nosso amigo, ele era meu namorado na época... a gente tava muito triste e voltando pra casa de mão dadas, (...) aí passa um monte de menino assim “nossa lésbica!” e não sei o que...

As violências de gênero, além de constantes, se iniciam desde muito cedo, tanto para

as mulheres que a sofrem diretamente quanto para os homens que têm suas possibilidades de vivências limitadas àquela que lhes foi transmitida. Assim, são as roupas, os brinquedos, a forma de se comportar, reagir e falar, que são moldadas a depender do órgão genital que possui ao nascer, ao que Igor desabafa sobre sua preocupação em relação a essa educação logo na infância, que já é carregada de estereótipos e preconceitos:

é uma coisa que assim, destrói vidas, (...) se destrói psicológico de muita gente e ainda mais quando criança, sabe? (...) Quando você é mais velho, você pelo menos tem noção de que é que você tá defendendo (...) só que é uma coisa que é tão enrustida na sociedade e quando você é criança é uma coisa tão devastadora pra você, sabe?

Tamanha rigidez de crenças e pensamentos obriga a qualquer um que se diferencie das características esperadas socialmente a se “enquadrar” para ser aceito pela sociedade. Entretanto, nem sempre isso é possível. Primeiramente porque, muitas vezes, essa diferença não pode ser facilmente escondida e, outras vezes, porque é mais doloroso e insuportável esconder sua verdadeira identidade do que vivê-la apesar do preconceito e das discriminações sofridas (Sedgwick, 2007), assim como vários participantes demonstram em suas falas:

como eu sou menos feminina, porque todo mundo fala “ah, porque você é lésbica, porque você é masculina”, mas na verdade é porque eu não sei ser feminina, então eu acabo não sendo, né, eu sou menos, mas... as pessoas tem um olhar mais torto pra isso, né. “Ah, é lesbica, é mulher, mas se veste como um homem”, sabe?

Portanto, não se enquadram na lógica binária, as mulheres que não desejam viver sob

tais papéis e às pessoas LGBTQs acabam necessitando dos movimentos sociais para garantia dos direitos mínimos. Fabiana é uma das pessoas que abraça essa luta:

É eu já sofri homofobia em todos os lugares em que circulei até certo momento da minha vida, né... porque de uns anos pra cá (...) a minha presença já é, de cara, autoafirmativa, de visibilidade, empoderada, afirmada, embasada e... elegante. Eu não chego quebrando tudo, mas eu não permito que se posicione de qualquer jeito e eu já tento de alguma maneira colocar as relações num nível de poder em que eu estou de igual pra igual (...) faz parte do meu ativismo, assim... ele é pedagógico, ele é didático. (...) pra mim é impossível que alguém me aborde porque entende que a homofobia pode ser expressada

Por fim, a violência de gênero e a lógica binária geram a invisibilização das identidades transexuais, fazendo com que pessoas que assim se identifiquem sofram exclusões não apenas de heterossexuais (homens e mulheres), como também de gays, lésbicas e bissexuais. O que é reforçado pelos discursos dos fundamentalistas religiosos que defendem a existência de uma “ideologia de gênero” (Mesquita & Perucchi, 2016; Moreno, 2002; Salles, Moura & Pereira, 2013; Savi, 2015), como relatado por Adriano na pregação de um pastor em sua igreja:

E aí ele falou assim: é, isso aqui é a maior balela de Satanás, porque com tanta coisa pra você se preocupar, você vai se preocupar com seu gênero, Deus já escolheu seu gênero pra você! (...) E aí ele pegou e falou assim: ah, eu nem sei qual é o nome dessa balela aí, mas você dizer que você se sente como um e como o outro, ah vai se lascar!

Os papéis de gênero que nos são atribuídos influenciam, de modo significativo, as nossas vivências, as nossas relações com as pessoas e as possibilidades e oportunidades que temos acesso diariamente. Além disso, são nessas definições rígidas e cristalizadas que se iniciam diversos tipos de preconceitos, violências e exclusões (Myers, 2014; Pérez-Nebra & Jesus, 2011). Portanto, deve ser uma agenda sociopolítica de todos/as buscar a desconstrução desses estereótipos, levando as instituições que os perpetuam a também reverem seus conceitos e práticas.

Considerações Finais

A presente pesquisa objetivou analisar como pessoas com orientações sexuais distintas da heterossexualidade vivenciam, ou vivenciaram, a sua espiritualidade em contextos religiosos, historicamente marcados pela LGBTfobia. Dessa forma, acreditamos ter alcançado tal objetivo, pois foi possível conhecer os diversos mecanismos utilizados pelos/as participantes, como a resistência, a resiliência e o manejo do conhecimento de suas sexualidades por diferentes pessoas ou instituições por meio de níveis maiores ou menores de segredos.

Além disso, pudemos constatar como os discursos de ódio e intolerância fomentados pelo fundamentalismo religioso têm efeitos durante o processo de “aceitação” da sua sexualidade por parte dos/as participantes e mesmo após tal processo, tanto para pessoas que possuem religião quanto para àquelas que destas se desvincularam. Percebeu-se, portanto, que um sentimento unificava os relatos individuais: o medo.

Verificou-se também que esse sentimento se expande para os mais variados grupos sociais e instituições em que o indivíduo passa durante sua vida, como família, escola, religião e etc. Gerando, assim, uma sensação generalizada de ansiedade e caracterizando uma percepção de não-pertencimento, grande autculpabilização e autoestima baixa, o que é, infelizmente, constatado nos altos índices de suicídio de pessoas LGBTs.

Além da internalização do preconceito, esse tipo de discurso ainda cumpre um papel social de reforçar o determinismo linear entre sexo biológico, identidade de gênero e identidade sexual e potencializar os afetos negativos em relação às pessoas que apresentam identidades sexuais não-hegemônicas. A partir disso, pode-se afirmar que a inexistência de uma real laicidade do Estado Democrático Brasileiro é prejudicial, já que setores

conservadores utilizam de influências religiosas de forma a restringir o acesso a alguns direitos humanos.

Conforme já visto na literatura, os/as participantes tendem a se desvincular de suas religiões de origem, abandonando de vez o aspectos relativos à espiritualidade, mudando de religião ou criticando algumas das posturas de sua religião, mesmo que ainda a ela pertencendo. Contudo, estar dentro de religiões que não aceitam ou discriminam as diferentes sexualidades representa também se tornar, muitas vezes, um “bode expiatório” que necessita provar constantemente uma postura irrepreensível.

Por fim, apesar dos importantes resultados obtidos nesta pesquisa e a visibilidade conferida pela mesma a um fenômeno de grande importância na sociedade brasileira, essa apresenta algumas limitações, pois não fornece propostas práticas no que se refere à atuação dos/as psicólogos/as em relação a casos de LGBTfobia sofrida nos contextos religiosos. Nesse sentido, sugere-se a realização de pesquisas futuras que focalizem as experiências de atendimento e acolhimento a pessoas com sofrimento relacionado à LGBTfobia em contextos terapêuticos individuais e/ou grupais, de forma a contribuir com o desenvolvimento de políticas públicas que considerem seriamente, de forma contextualizada, as demandas específicas da população LGBT no Brasil.

Referências

- Adichie, C. N. (2015). *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Albuquerque Júnior, D. M. (2011). A pastoral do silêncio: Michel Foucault e a dialética revelar e silenciar no discurso cristão. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 5(6), 69-89.
- Barbosa, M. S. (2017). *Os efeitos da homofobia na construção das identidades sexuais não-hegemônicas e o papel da/o psicóloga/o na promoção da saúde*. Monografia (Graduação em Psicologia), Centro Universitário de Brasília, Brasília.
- Bardin, L. (1979). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: 70.
- Borrillo, D. (2009). Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. Em T. Lionço, & D. Diniz (Orgs.), *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio* (pp. 47-72). Brasília: LetrasLivres & UnB.
- Bruner, J. (1997). *Atos de significação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Busin, V. M. (2008). *Homossexualidade, religião e gênero: a influência do catolicismo na construção da auto-imagem de gays e lésbicas* (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.
- Caputo, S. G. (2008). Ogan, adósu, oje, egbonmi e ekedi: o candomblé também está na escola. Mas como? Em A. F. Moreira & V. M. Candau (Orgs.), *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas* (pp. 149-181). Petrópolis - RJ: Vozes.
- Chizzotti, A. (2006). *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis – RJ: Vozes.
- Dalgalarrondo, P. (2008). *Religião, psicopatologia & saúde mental*. Porto Alegre: Artmed.
- Franco, N. & Cicillini, G. A. (2015). Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização. *Estudos Feministas*, 23(2), 325-346.

- Galinkin, A. L. & Zauli, A. (2011). Identidade social e alteridade. Em C. V. Torres & E. R. Neiva (Orgs.), *Psicologia Social: principais temas e vertentes* (pp. 253-261). Porto Alegre: Artmed.
- González Rey, F. L. (2005). *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Grupo Gay da Bahia. (2018). *Mortes violentas de LGBT no Brasil: relatório 2017*. Bahia. Retirado de <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>
- Holanda, J. M. G. B. (2016). *As vivências de professores/as na elaboração de projetos pedagógicos promotores da igualdade de gênero*. Monografia (Graduação em Psicologia), Centro Universitário de Brasília, Brasília.
- Kenny, N. (Diretor). (2016). Brazil [Episódio de série de TV]. In King, L, *Gaycation*. Rio de Janeiro, RJ: Viceland.
- Koenig, H. G., Larson, D. B., & Larson, S. S. (2001). Religious and coping with serious medical illness. *Ann Pharmacother*, 35, 352-359.
- IBGE. (2012). *Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro: Brasil.
- Junqueira, R. D. (2009). Introdução - Homofobia nas escolas: um problema de todos. Em R. D. Junqueira (Org.), *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 13-51). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO.
- Junqueira, R. D. (2010). Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. *Espaço do currículo*, 2(2), 208-230.
- Lima, L. C. (2006). Homossexualidade e Igreja Católica: conflitos e direitos em longa duração. *Em Debate: Revista Eletrônica do Departamento de Serviço Social da PUC-RIO*, (4).

- Lopes, C. & Vital, P. V. L. (2012). *Religião e política: uma análise da atuação dos parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll.
- Louro, G. L. (2004). *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Madureira, A. F. A. (2007a). *Gênero, sexualidade e diversidade na escola: a construção de uma cultura democrática*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.
- Madureira, A. F. A. (2007b). The psychological basis of homophobia: Cultural construction of a barrier. *Integrative Psychological & Behavioral Science*, 41(3-4), 225-247.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2001). A pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas. *Temas em Psicologia*, 9(1), 63-75.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2005). Construindo com o outro: uma perspectiva sociocultural construtivista do desenvolvimento humano. Em M. A. Dessen & A. L. Costa Júnior (Orgs.), *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras* (pp. 90-109). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2007). Identidades sexuais não-hegemônicas: processos identitários e estratégias para lidar com o preconceito. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(1), 81-90.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2012a). Diversity and inclusion as central values in the construction of a democratic world. In A. U. Branco & J. Valsiner (Eds.), *Cultural psychology of human values* (pp. 195-235). Charlotte: Information Age Publishing.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2012b). As raízes histórico-culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola. Em A. U. Branco &

- M. C. S. L. Oliveira (Orgs.), *Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural* (pp. 125-155). Porto Alegre: Mediação.
- Madureira, A. F. A. (2016). Diálogos entre a Psicologia e as Artes Visuais: as Imagens enquanto Artefatos Culturais. Em J. L. Freitas & E. P. Flores, (Orgs.). *Arte e Psicologia: Fundamentos e Práticas* (pp. 57-82). Curitiba: Juruá.
- Maranhão Filho, E. M. A. (2011). “Jesus me ama no dark room e quando faço programa: narrativas de um reverendo e três irmãos evangélicos acerca da flexibilização do discurso religioso sobre sexualidade na ICM (Igreja da Comunidade Metropolitana). *Revista Pólis e Psiquê*, 1(3), 221-253.
- Mesquita, D. T. & Perucchi, J. (2016). Não apenas em nome de Deus: discursos religiosos sobre homossexualidade. *Psicologia & Sociedade*, 28(1), 105-114.
- Minayo, M. C. S. (2006). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Minayo, M. C. S. (2007a). O desafio da pesquisa social. Em M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 9-29). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Minayo, M. C. S. (2007b). Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. Em M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 61-77). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Myers, D. G. (2014). Preconceito: desgostar dos outros. Em D. G. Myers, *Psicologia Social* (pp. 246-278). Porto Alegre: AMGH.
- Nahra, C. (2007). Os novos filósofos da lei natural e a visão Cristã sobre a homossexualidade. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 1(1).
- Natividade, M. (2006). Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21(61), 115-132.

- Panzini, R. G., Rocha, N. S., Bandeira, D. R., & Fleck, M. P. A. (2007). Qualidade de vida e espiritualidade. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 34(supl. 1), 105-115.
- Pérez-Nebra, A. R. & Jesus, J. G. (2011). Preconceito, estereótipo e discriminação. Em C. V. Torres & E. R. Neiva (Orgs.), *Psicologia social: principais temas e vertentes* (pp. 219-237). Porto Alegre: ArtMed.
- Prado, A. (1999). Arte como experiência religiosa. Em M. Massimi, & M. Mahfoud (Orgs.), *Diante do Mistério: Psicologia e Senso Religioso* (pp. 17-32). São Paulo: Edições Loyola.
- Rodrigues, H., & Lima, C. C. (2008). *Vale tudo: Homossexualidade na Antiguidade*. Retirado de <http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/vale-tudo-homossexualidade-antiguidade-435906.shtml>
- Rosa, L. C. (2017). *A LGBTfobia como fenômeno cultural e seus impactos psíquicos*. Monografia (Graduação em Psicologia), Centro Universitário de Brasília, Brasília.
- Ryan, P. J. (1999). *Católico praticante: a busca de um catolicismo para o terceiro milênio*. São Paulo: Loyola.
- Salles, C. M. C., Moura, A. D., & Pereira, F. M. (2013, setembro). Discursos perigosos: uma reflexão acerca do enlace entre homossexualidade e religião nos dias atuais. Em *Fazendo Gênero 10: desafios atuais dos feminismos*, Florianópolis, Santa Catarina.
- Savi, R. M. (2015). *Os impactos do discurso de ódio na saúde mental de ativistas dos direitos humanos*. Monografia (Graduação em Psicologia), Centro Universitário de Brasília, Brasília.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.
- Sedgwick, E. (2007). A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, 28, 19-54.

- Silva, F. C. (2012). Uma alegoria queer para o Reino dos céus subversões da metodologia exegética patrística. *Bagoas - Estudos gays: gênero e sexualidades*, 6(8), 35-52.
- Sivan, T. (2015). HEAVEN [Gravado por Troye Sivan]. Em Blue Neighbourhood [CD]. Perth, AO: EMI Music Australia.
- Sivan, T. (2016). HEAVEN Lyrics. Retirado de <http://genius.com/8306450> e <http://genius.com/8306475>
- Teixeira-Filho, F. S., & Rondini, C. A. (2012). Ideações e tentativas de suicídio em adolescentes com práticas sexuais hetero e homoeróticas. *Saúde e Sociedade*, 21(3), 651-667.
- Vainfas, R. (1992). *Casamento, amor e desejo no ocidente cristão*. São Paulo: Ática.
- Valsiner, J. (2007). Looking across cultural gender boundaries. *Integrative Psychological & Behavioral Science*, 41(3-4), 219-224.
- Valsiner, J. (2012). *Fundamentos da Psicologia Cultural: mundos da mente, mundos da vida*. Porto Alegre: Artmed.
- Vieira Júnior, A. (2008). Do altar para as ruas: luta, resistência e construção identitária de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 2(2), 171-190.
- Wang, M. L., Jablonski, B., & Magalhães, A. S. (2006). Identidades masculinas: limites e possibilidades. *Psicologia em Revista*, 12(19), 54-65.
- Weeks, J. (1999). O corpo e a sexualidade. Em G. L. Louro (Org.), *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (pp. 35-82). Belo Horizonte: Autêntica.
- Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução conceitual. Em T. T. Silva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp. 7-72). Petrópolis - RJ: Vozes.

Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Espiritualidade e Homossexualidade: Influências da Homofobia em Contextos Religiosos

Instituição dos(as) pesquisadores(as): Centro Universitário de Brasília - UNICEUB
 Pesquisadora responsável: Profa. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira
 Pesquisador assistente: Cleno Couto de Mendonça Neto

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo deste estudo é analisar como pessoas com orientações sexuais distintas da heterossexualidade vivenciam, ou vivenciaram, a sua espiritualidade em contextos religiosos, historicamente marcados pela homofobia.
- Você está sendo convidado a participar exatamente por corresponder ao perfil de participante delimitado para essa pesquisa.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em responder uma entrevista individual sobre o tema focalizado na pesquisa.
- O procedimento consiste em uma entrevista individual, com a apresentação de imagens previamente selecionadas. A entrevista será gravada em áudio, com o seu consentimento, para facilitar o posterior trabalho de análise.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.
- A pesquisa será realizada em um local conveniente para o(a) participante.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui baixos riscos que são inerentes ao procedimento de entrevista
- Medidas preventivas serão tomadas durante a entrevista e a apresentação de imagens para minimizar qualquer risco ou incômodo. Por exemplo, será esclarecido que não há respostas certas ou erradas em relação às perguntas que serão apresentadas e que é esperado que o(a) participante responda de acordo com as suas opiniões pessoais.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo.
- Com sua participação nesta pesquisa você poderá contribuir com a construção de uma compreensão mais aprofundada acerca das influências da homofobia na espiritualidade de pessoas com orientações sexuais distintas da heterossexualidade.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

(61) 3966-1200 | www.uniceub.br | central.atendimento@uniceub.br
 Unidade sede: SEPN 707/907 - CEP 70790-075 - Brasília-DF

Rubrica do participante:
 Rubrica do pesquisador:

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- O material com as suas informações (gravação em áudio da entrevista) ficará guardado sob a responsabilidade do(a) pesquisador(a) assistente, Cleno Couto de Mendonça Neto, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade, e será apagado após a pesquisa.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília - CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, _____, RG _____, após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador assistente, e a outra será fornecida ao senhor(a).

Brasília, ____ de _____ de _____.

Participante

Ana Flávia do Amaral Madureira
Celular: (61) 99658-7755, E-mail: madureira.ana.flavia@gmail.com

Cleno Couto de Mendonça Neto
Celular: (61) 99117-1721, E-mail: clenocoutomn@gmail.com

Endereço dos(as) responsável(is) pela pesquisa:

Instituição: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Endereço: SEPN 707/907, Campus do UniCEUB
Bairro: Asa Norte
Cidade: Brasília - DF
CEP: 70790-075
Telefone p/contato: (61) 3966-1200

Anexo B - Instrumentos de Pesquisa

Roteiro de Entrevista

- 1) Gostaria que você falasse um pouco sobre sua história de vida.
- 2) Para você, como foi o processo de “descoberta” da sua orientação sexual?
- 3) Como é a relação com sua família atualmente? Eles sabem de sua orientação, ou não?
- 4) O que é homofobia para você?
- 5) Você já sofreu homofobia em sua família? E no seu trabalho? Em algum outro lugar?
Como você se sentiu?
- 6) Você tem alguma religião? Se sim, qual?
- 7) Qual a religião da sua família de origem?
- 8) Como esta religião vê sua orientação sexual?
- 9) Você considera que já sofreu homofobia dentro de contextos religiosos, ou não? Por quê?

Agora, eu gostaria que você imaginasse algumas situações:

- 10) Um casal homossexual vai a uma igreja em que ouviram dizer que o líder religioso prega que devemos aceitar, apoiar e cuidar de todos, porque Deus é amor e não ódio, então devemos acolher a todos como se fossem iguais, independente da sexualidade. Ao chegar lá eles se apresentam a comunidade e ao líder religioso que os acolhe com bastante sinceridade, porém os avisa que estes devem tentar renunciar à homossexualidade.
Portanto, devem resistir aos seus impulsos sexuais.
Se fosse você nesta situação, como você se sentiria? E como você reagiria? Por quê?
- 11) Apesar de já ter ouvido conversas homofóbicas em sua religião, uma certa pessoa, homossexual, afirma manter-se vinculado a esta religião, entretanto não conta isso a seus/suas amigos/as da comunidade LGBT, pois acredita que será julgado, já que eles não

compartilham das mesmas crenças religiosas.

Se fosse você, manteria-se vinculado a essa religião apesar dos discursos homofóbicos?

Como você se sente sobre essa pessoa? Por quê?

Você contaria aos seus/suas amigos/as? Por quê?

12) Você gostaria de acrescentar algo?

Imagens selecionadas

Qual dessas fotos você mais gosta? Por quê?

E qual delas você menos gosta? Por quê?



O que você vê nessas imagens?

Você gosta dessas imagens ou não? Por quê?



Como você se sente diante dessas imagens? Por quê?



O que você vê nessas imagens?

Existe alguma que lhe chama atenção em especial? Por quê?

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Espiritualidade e Homossexualidade: Influências da Homofobia em Contextos Religiosos

Pesquisador: Ana Flávia do Amaral Madureira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 76553817.7.0000.0023

Instituição Proponente: Centro Universitário de Brasília - UNICEUB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.331.873

Apresentação do Projeto:

Trata-se de pesquisa na qual "será utilizada uma metodologia de investigação qualitativa mediante a realização de entrevistas individuais semi-estruturadas com os/as participantes, de forma integrada à apresentação de diferentes imagens previamente selecionadas. Todos/as participantes serão pessoas maiores de idade, que não fazem parte de populações vulneráveis e que serão selecionados/as via rede social do pesquisador assistente e não via instituição".

Acrescenta que " cada entrevista terá seu áudio gravado com a permissão do/a participante para posterior análise. Será mantido o sigilo em relação às identidades pessoais dos/as participantes e todos/as receberão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Será utilizada também, como procedimento metodológico complementar, a técnica de diário de campo, para permitir ao pesquisador assistente inserir comentários e percepções acerca das entrevistas, após a realização das mesmas. Participarão da pesquisa homens e mulheres, entre 18 e 40 anos de idade, homossexuais ou bissexuais que tenham nascido em famílias cristãs, sido cristãos ou que ainda o são".

Adverte que "a pesquisa de campo será realizada com oito participantes, compreendendo ativistas do movimento LGBT, bem como pessoas que não se consideram ativistas".

As entrevistas acontecerão "em um local conveniente para o(a) participante".

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.110, 1º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB**



Continuação do Parecer: 2.331.873

- a Folha de Rosto (FR) e as Informações Básicas do Projeto estão em conformidade com as exigências normativas.
- o TCLE está em conformidade com as normas vigentes e com as exigências deste CEP.
- Foi juntado o questionário a ser respondido e as imagens a serem analisadas pelos participantes.

Recomendações:

O CEP-UniCEUB ressalta a necessidade de desenvolvimento da pesquisa, de acordo com o protocolo avaliado e aprovado, bem como, atenção às diretrizes éticas nacionais quanto ao às Resoluções nº 446/12 e nº 510/16 CNS/MS concernentes às responsabilidades do pesquisador no desenvolvimento do projeto:

A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe:

- I - apresentar o protocolo devidamente instruído ao sistema CEP/Conep, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa, conforme definido em resolução específica de tipificação e gradação de risco;
- II - desenvolver o projeto conforme delineado;
- III - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido;
- IV - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela Conep a qualquer momento; manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa;
- V - encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto;
- VI - elaborar e apresentar os relatórios parciais e final;
- VII - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança, interrupção ou a não publicação dos resultados.

Observação: Ao final da pesquisa enviar Relatório de Finalização da Pesquisa ao CEP. O envio de relatórios deverá ocorrer pela Plataforma Brasil, por meio de notificação de evento. O modelo do relatório encontra-se disponível na página do UniCEUB

http://www.uniceub.br/instituicao/pesquisa/ins030_pesquisacomitebio.aspx, em Relatório de Finalização e Acompanhamento de Pesquisa.

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.110, 1º andar

Bairro: Setor Universitário **CEP:** 70.790-075

UF: DF **Município:** BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB**



Continuação do Parecer: 2.331.873

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisa está aprovada e pode ser iniciada.

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo previamente avaliado, com parecer n. 2.329.750/17, tendo sido homologado na 17ª Reunião Ordinária do CEP-UniCEUB do ano, em 29 de setembro de 2017.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_993906.pdf	14/09/2017 12:18:37		Aceito
Folha de Rosto	FolhaRostoEspHom.pdf	14/09/2017 12:18:08	CLENO COUTO DE MENDONCA NETO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEEspHom.pdf	14/09/2017 12:06:25	CLENO COUTO DE MENDONCA NETO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoPesquisaEspHom.pdf	14/09/2017 12:05:36	CLENO COUTO DE MENDONCA NETO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 16 de Outubro de 2017

Assinado por:
Marília de Queiroz Dias Jacome
(Coordenador)

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.110, 1º andar
Bairro: Setor Universitário **CEP:** 70.790-075
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3966-1511 **E-mail:** cep.uniceub@uniceub.br